



## Relatório e Contas • 2005



**carris**

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Relatório e Contas • 2005



**carris** 

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

# ÍNDICE



Órgãos Sociais

4



Relatório de Gestão

6



APRESENTAÇÃO

8



SERVIÇO PRESTADO

11



RECURSOS HUMANOS

17



RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

20



RECURSOS FINANCEIROS

24



RESULTADOS ECONÓMICOS

27

SUSTENTABILIDADE NA CARRIS

32

EVOLUÇÃO PREVISTA

33

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

33

CONSIDERAÇÕES FINAIS

34

Contas do Exercício

35

Relatório e Parecer do Fiscal Único

63

Certificação Legal das Contas

67

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Vice Presidente	Dr. António Pinto Leite
Secretário	Dr. Manuel Antunes Vicente

#### Conselho de Administração

Presidente	Dr. José Manuel Silva Rodrigues
Vogais	Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma Eng.º Augusto António Brinquête Proença Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira Dr. António de Carvalho Santos e Silva

#### Fiscal Único

Suplente	RRR-Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC nº 88), representada por: Dr. Leontino Raimundo Aleixo (ROC nº 98) Dr. Luís Marques Granja (ROC)
----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### Unidades de Negócios, Direcções e Outros Órgãos de 1ª Linha

Unidade de Controlo Operacional e Planeamento de Rede (coordenador)	Eng.º Tec. José Maia
Unidade de Negócios de Exploração de Autocarros (coordenador)	Eng.º Élio Serra
Unidade de Negócios do Modo Eléctrico (coordenador)	Eng.º Vítor Gonçalves
Unidade de Negócios de Manutenção (coordenador)	Eng.º José Freire da Fonseca
Direcção Financeira	Dr. Carlos Sousa Bentes
Direcção de Logística	Eng.º Carlos Figueiredo
Direcção de Recursos Humanos	Eng.º Tec. Pedro Martins Pereira
Secretaria Geral	Dr. Luis Vale
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	Dr. Manuel Vicente
Gabinete de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria	Dr. Carlos Sousa Bentes
Gabinete de Qualidade e Segurança	Eng.º António Parente
Provedor do Cliente	Eng.º António Quaresma

Da esquerda para a direita:  
Eng. José Pereira de Oliveira (Vogal), Eng. Jaime Quaresma (Vogal),  
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (Presidente), Eng. António Proença (Vogal)  
e Dr. António Santos e Silva (Vogal)





## Relatório de Gestão

8

APRESENTAÇÃO

11

SERVIÇO PRESTADO

17

RECURSOS HUMANOS

20

RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

24

RECURSOS FINANCEIROS

27

RESULTADOS ECONÓMICOS

SUSTENTABILIDADE NA CARRIS

32

EVOLUÇÃO PREVISTA

33

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

33

CONSIDERAÇÕES FINAIS

34



## 1 APRESENTAÇÃO

**1.** O exercício de 2005 permitiu **continuar e consolidar a reestruturação da CARRIS**, iniciada em 2003.

Tratando-se do último ano do mandato deste Conselho de Administração (2003/2005), entende-se oportuno verificar se os compromissos assumidos, no âmbito da referida reestruturação, foram efectivamente cumpridos e qual o respectivo impacte no desempenho da CARRIS.

Recorde-se que a decisão de reestruturar profundamente a Empresa decorreu da constatação de que a CARRIS deveria proceder a uma reflexão profunda no sentido de, com clareza, definir um novo caminho que lhe permitisse ganhar eficácia e eficiência, invertendo a tendência de déficits operacionais crescentes, com que estava confrontada.

O programa de reestruturação, então definido e cuja implementação se iniciou no início de 2003, apontou 14 áreas de intervenção, 11 das quais com impacto favorável na conta de resultados e as restantes 3 na conta histórica da Empresa (Oferta, Serviço e Imagem, Frota, Manutenção, Regras de Trabalho, Aprovisionamento, Organização, Tarifário, Articulação CARRIS – METRO, Velocidade Comercial, Dissuasão do transporte individual, Reestruturação da dívida, Reafectação de activos, Assunção da dívida).

Ao longo destes três anos (2003/2005) desenvolveram-se diversas medidas e acções, que os Relatórios referentes aos vários exercícios do mandato descrevem detalhadamente e que, por isso, não se repetirão, cujo impacte acumulado está avaliado em mais de 30 milhões de euros, segundo estimativas realizadas pelo Grupo de Trabalho encarregado de acompanhar a implementação do programa de reestruturação.

Um balanço detalhado das diferentes medidas e acções implementadas em cada uma das áreas atrás referidas evidenciará que aquelas que dependiam estritamente da CARRIS foram, praticamente, todas implementadas, não se tendo, porém, progredido tanto nas áreas mais dependentes da intervenção de terceiros, como sejam a redefinição do sistema tarifário, a articulação CARRIS – METRO, o aumento da velocidade comercial, a dissuasão do transporte individual e a assunção da dívida histórica pelo accionista.

Serão, pois, estas áreas que deverão ser objecto de maior atenção, no futuro próximo, de modo a serem criadas, por

parte da CARRIS, as condições, que permitam o seu avanço, reconhecendo-se que do respectivo êxito poderão resultar, por um lado, melhorias significativas da **qualidade do serviço** prestado pela Empresa e, por outro, **aumento nos proventos e redução nos custos**, isto é, a obtenção de **melhores resultados operacionais e financeiros**.

É, pois, justificado afirmar-se que a **Empresa evoluiu significativamente, de forma positiva**, durante o mandato do Conselho de Administração que terminou a 31 de Dezembro passado, apresentando-se hoje como uma Empresa renovada, portadora de uma dinâmica acrescida, melhor preparada para enfrentar – e ganhar – os desafios que o futuro lhe colocará.

**2.** Na verdade, são testemunho objectivo do que se acaba de referir **as melhorias verificadas na oferta**, resultantes de múltiplos ajustamentos introduzidos com o objectivo de eliminar, de forma selectiva, níveis de oferta redundantes e de aumentar a conectividade entre a rede da CARRIS e a rede do Metro.

Ao mesmo tempo, em 2005, prosseguiram e concluíram-se os estudos visando o redesenho da rede da CARRIS, assente em novos paradigmas, definindo carreiras, horários e frequências melhor ajustadas às necessidades da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.) e, em especial, em Lisboa, reforçando-se a articulação e complementaridade da rede futura da Empresa com os modos pesados e, de forma particular, com o METROPOLITANO DE LISBOA.

Estão, pois, criadas as condições necessárias para, **a partir de 2006, de forma faseada, se proceder à implementação da nova rede da CARRIS**, esperando-se que desta implementação resulte um contributo relevante para melhoria da qualidade do sistema de transportes na A.M.L., com o consequente aumento de quota do transporte público no total das deslocações que, diariamente, aqui se verificam.

A CARRIS dará, assim, uma vez mais, um contributo relevante para a modernização e desenvolvimento de Lisboa.

**3.** Por outro lado, prosseguiu em 2005 **a renovação da frota, tendo sido recepcionados mais 183 autocarros novos**, todos motores Euro 3, com excepção de 20 veículos movidos a gás natural comprimido (GNC).

Estes autocarros, que permitiram o **abate de 282 veículos envelhecidos**, significam uma melhoria da qualidade do serviço que diariamente é prestado pela Empresa, uma vez que dispõem de ar condicionado, bandeiras de destino electrónicas, pisos rebaixados e rampas de acesso para deficientes.

Os novos veículos, pelas características dos respectivos motores, têm um impacto **ambiental positivo**, decorrente da significativa redução de Nox, Hidrocarbonetos, Anidrido Carbónico e Partículas. Estudos feitos pela CARRIS mostram que, no final do actual processo de renovação da frota (os últimos 120 autocarros, dos 408 adquiridos, serão entregues até ao final do 1º semestre de 2006), a respectiva idade média terá diminuído de 16,5 anos, em 2003 para 5,6 anos, em 2006, verificando-se que **as emissões totais da frota evidenciarão uma redução de 631 toneladas (37%) num total de 1.720 toneladas**, medidas antes do início da renovação.

Em 2005, procedeu-se também à concretização do **redesenho dos processos de manutenção**, caminhando-se no sentido da sua externalização progressiva, com ganhos significativos de eficiência, sem prejuízo dos elevados standards de qualidade que a CARRIS sempre cumpriu.

**4.** No domínio dos **Recursos Humanos** o ano em apreciação decorreu com normalidade laboral, sem conflitos dignos de registo.

Neste particular, prosseguiram as acções de **aumento da produtividade** e de contenção de custos. É de assinalar a ocorrência de 250 rescisões por mútuo acordo, permitindo assim prosseguir a redução do efectivo, conforme programado, ao mesmo tempo que foram **admitidos 256 tripulantes**, o que permitiu o rejuvenescimento deste grupo funcional.

Por outro lado, destacam-se também a redução de cerca de 32% das horas de trabalho suplementar, bem como a diminuição de, aproximadamente, 22% da taxa de absentismo, a qual em 2005 se situou ao redor dos 7,5%.

É, finalmente, de sublinhar que, no domínio do Efectivo Total, o objectivo fixado, no início de 2003, para o final de 2005 foi praticamente atingido, tendo-se verificado que este passou de 3.915 trabalhadores em 31.12.2002 para 2.787 trabalhadores em 31.12.2005, verificando-se um aumento

de 10 pontos percentuais, naquele período, no peso relativo do pessoal tripulante no efectivo total, conforme pretendido, evidenciando, assim, que a redução de pessoal se verificou no grupo dos quadros técnicos, pessoal administrativo e oficial.



5. O exercício em apreciação foi, ainda, marcado pela conclusão dos trabalhos preparatórios para a obtenção da Certificação da Qualidade, tendo a auditoria externa final decorrido em Dezembro, o que permitiu que a **APCER – Associação Portuguesa de Certificação atribuiu, já em Janeiro, o diploma de Empresa Certificada à CARRIS**, no âmbito da Norma NP EN ISO 9001:2000.

A CARRIS tornou-se, assim, o primeiro operador de transporte, do Sector Empresarial do Estado, globalmente certificado, vendo assim publicamente reconhecida a qualidade da sua organização e funcionamento, com reflexo na melhoria contínua da qualidade de serviço prestado.

6. As contas do exercício de 2005 revelam que se verificou **uma melhoria no Resultado Operacional de cerca de 6,4 milhões de euros (13%), em relação ao ano anterior**, situando-se em, aproximadamente, -44,3 milhões de euros, em parte, consequência de medidas de contenção nos custos. É de sublinhar que o gasóleo, rubrica importante na estrutura de custos da Empresa evidenciou um agravamento de cerca de 1,5 milhões de euros, em consequência do acentuado aumento verificado no respectivo preço (19%), atenuado, porém, pela redução do consumo em volume (-7%).

7. O ano 2005 foi, também, marcado pela **continuação da adopção de novos métodos de trabalho**, mais flexíveis e produtivos, de que é exemplo a gestão documental.

Este foi, também, o ano da **instalação de todos os serviços centrais em Miraflores**, tendo-se procedido à inauguração oficial destas instalações na data do aniversário da CARRIS, em cerimónia presidida por Sua Exa. a Secretária de Estado dos Transportes.

As novas instalações permitiram a libertação de uma área significativa no Complexo de Santo Amaro, criando condições para oportunamente ser avaliada e decidida a eventual alienação desta área libertada.

8. Uma referência de preocupação com a **continuada degradação da situação patrimonial da CARRIS**, evidenciada pelo Balanço, reflectida no elevado montante dos capitais próprios negativos e no endividamento da Empresa ao sistema financeiro.

O accionista, que sempre manifestou apoio e compreensão pelas dificuldades da Empresa, ao longo dos 3 anos do mandato, não conseguiu, ainda, por razões diversas, encontrar solução para a complexa e difícil situação financeira da CARRIS.

9. Uma palavra, ainda, sobre a **urgente necessidade de serem melhoradas as condições de circulação**, designadamente pela expansão dos corredores “Bus” que, permitindo aumentar a velocidade comercial, permitirão, também, a diminuição dos custos operacionais de exploração (cada aumento de 1 km na velocidade comercial permite uma redução nos custos de cerca de 5 milhões de euros), bem como o aumento da regularidade, factor crítico de qualidade.

É uma área da maior importância que evidenciou algumas melhorias, durante o exercício em análise, com a introdução de alguns novos corredores e o início da experiência do Corredor “Bus” Intermitente, na Alameda da Universidade, projecto pioneiro que envolve, para além da Empresa, a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior Técnico. As referidas melhorias, sendo positivas, são, porém, insuficientes, face às necessidades que, neste domínio, deverão ser concretizadas, sem o que a CARRIS continuará a ser penalizada.

Neste contexto, espera-se que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa possa, em 2006, iniciar a sua intervenção, daí decorrendo um maior envolvimento entre os operadores, as Câmaras Municipais e o Regulador, estabelecendo-se com rigor e objectividade as obrigações de serviço público, as contrapartidas financeiras daí decorrentes, o nível e qualidade da oferta pretendida, as condições de circulação, etc..

10. O saldo global, qualitativo e quantitativo, quer numa perspectiva anual, quer numa avaliação do triénio 2003/2005, pode, pois, considerar-se positivo, face aos objectivos estabelecidos e aos resultados alcançados, permitindo constatar que **a CARRIS foi capaz de cumprir, no que de si dependia, os principais desafios que se propôs vencer**.

Cumprida esta etapa, outra se abrirá a partir de 2006 que, seguramente, a CARRIS assumirá e cumprirá com renovada determinação e capacidade.

## 2 SERVIÇO PRESTADO

Durante o ano de 2005 prosseguiu o esforço de racionalização da oferta através de acções de optimização incremental sobre oferta supérflua e intervenções na rede reduzindo sobreposições de carreiras e reforçando por outro lado a complementaridade com o metropolitano. Foram também efectuados pequenos prolongamentos ou alterações de percurso de maneira a servir áreas da cidade até aí com menor acessibilidade ao transporte público.

Já no final do ano foi possível restabelecer a ligação do Elevador de Sta. Justa ao Largo do Carmo, interrompida desde 1993, através da colocação do respectivo passadiço, permitindo a dinamização das ligações na Baixa.

Para além da prestação do serviço de transporte público regular, a CARRIS esteve envolvida, isoladamente ou em conjunto com outros operadores de transporte, em vários eventos em que o transporte colectivo se manifestou essencial na deslocação de grande número de pessoas. São disso exemplo a Final da Taça UEFA em futebol, o festival de música Super Rock Super Bock, as Meias Maratonas de Lisboa e de Portugal transportando atletas para os locais de partida, o Campeonato da Europa de Basquetebol em Cadeira de Rodas (divisão C) transportando os atletas, o "Walk the World" e o Congresso Internacional para "A Nova Evangelização".

### 2.1. REDE

A rede de serviço público registou em 2005 um ligeiro decréscimo na rede de autocarros. No que se refere ao número de carreiras e respectivo comprimento total, este decréscimo é essencialmente devido à supressão das carreiras 19, 73 e 110 e ainda pela transferência da carreira 91 para a Carristur.

#### REDE DE SERVIÇO PÚBLICO EM 31/12/2005

Características	Auto	Elect.	TOTAL
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1 927	60	<b>1 987</b>
Extensão da Rede (via simples - km)	662	48	<b>669</b>
Nº de Carreiras	93	5	<b>98</b>
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	20,7	12,1	<b>20,3</b>

### 2.2. OFERTA

Durante o ano de 2005, deu-se continuidade ao processo de revisão da oferta das carreiras em todas as Épocas do Ano/Tipo de Dia, ajustando a oferta à procura através da variação da frequência e da supressão de viagens de utilização muito reduzida.

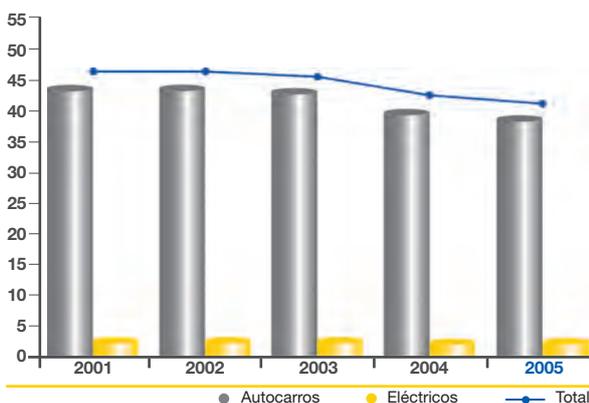
O número de veículos - km registou uma variação de -5,2% em autocarros e de -0,5% em eléctricos, o que corresponde a um decréscimo de -5,0% no global da rede.

A oferta, expressa em "lugares - km", teve evolução semelhante aos veículos - km, mas de forma mais acentuada, devido à variação da lotação média em autocarros onde se verificou uma redução de 92,00 em 2004 para 90,48 em 2005. Esta variação deve-se essencialmente às novas aquisições de autocarros e aos abates da frota mais antiga.

Deu-se, igualmente, seguimento ao processo de estudo da nova rede da CARRIS, com os contributos da TIS e da Faculdade de Engenharia do Porto.

Exploração	Veículos - km (10 <sup>3</sup> )			Lugares - km (10 <sup>6</sup> )		
	2005	2004	Δ%	2005	2004	Δ%
Autocarros	38 195	40 277	-5,2	3 456	3 705	-6,7
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	1 862	1 871	-0,5	149	151	-1,3
<b>TOTAL</b>	<b>40 057</b>	<b>42 148</b>	<b>-5,0</b>	<b>3 605</b>	<b>3 856</b>	<b>-6,5</b>

#### VEÍCULOS - KM (10<sup>6</sup>)





### 2.3. PROCURA

Manteve-se a tendência de redução do número de Passageiros Transportados, que tem vindo a verificar-se nos últimos anos. No entanto, este decréscimo não foi tão acentuado quanto o verificado em 2003 e 2004.

- No ano de 2005, a quebra de passageiros transportados na rede de autocarros foi bastante mais acentuada do que na rede de eléctricos. Os passageiros transportados sofreram um decréscimo global de 6,2%;
- No que se refere aos Passageiros com Título de Transporte Pago o decréscimo global foi de 7,33%.

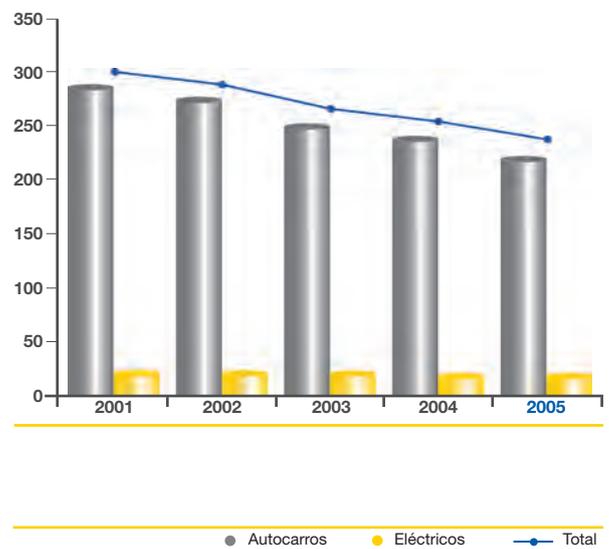
Entre as razões desta redução continuam a salientar-se:

- A transferência de passageiros para o Metropolitano;
- A deslocalização do emprego para a periferia;
- Redução da população residente em Lisboa;
- A concorrência do transporte individual, motivada pelo acréscimo da frota automóvel.

Exploração	Passageiros (10 <sup>3</sup> )			Passageiros - km (10 <sup>6</sup> )		
	2005	2004	Δ%	2005	2004	Δ%
Autocarros	222 774	238 516	-6,6	757	811	-6,7
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	17 984	18 092	-0,6	39	39	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>240 758</b>	<b>256 608</b>	<b>-6,2</b>	<b>796</b>	<b>850</b>	<b>-6,4</b>

Relativamente ao ano anterior, os passageiros gratuitos e em fraude tiveram um aumento bastante acentuado de 33,4%, tendo a taxa de gratuitos, contribuído para tal, com um aumento de 44,5%, enquanto a taxa de fraude teve um aumento de 20,6%. Na taxa global de gratuitos e em fraude verificou-se um aumento de 43,9%.

### 2.4.1. PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (10<sup>6</sup>)



### 2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO

#### 2.4.1. Melhoria da Relação Social e Comercial com os Clientes

Foi concluído em Junho o Plano para a Melhoria da Relação Social e Comercial com os Clientes iniciado no final de 2004, visando a mudança de atitude da Empresa e dos seus colaboradores, com realce especial para os Tripulantes, perante o Cliente.

Foram abrangidos todos os grupos profissionais que directa ou indirectamente contactam o Cliente, tendo participado 1.821 colaboradores em 171 sessões de formação. A concretização deste plano, inserido num processo de mudança centrado no Cliente, revelou-se de extrema utilidade para a gestão, sendo as respectivas conclusões objecto de tratamento com vista ao seu desenvolvimento.

## 2.4.2. Velocidade Média de Exploração (km/h)

A velocidade de exploração teve um ligeiro aumento, de 0,1%, principalmente, reflexo do que se verificou na rede de eléctricos. Para este aumento, contribuíram medidas de protecção à circulação, nomeadamente, no que se refere ao controlo do estacionamento indevido. Igualmente, a introdução de vigilância policial específica em corredores BUS, terá contribuído para a melhoria verificada neste indicador.

	2005	2004	Δ%
Autocarros	14,76	14,75	0,1
Eléctricos*	10,33	10,18	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>14,47</b>	<b>14,46</b>	<b>0,1</b>

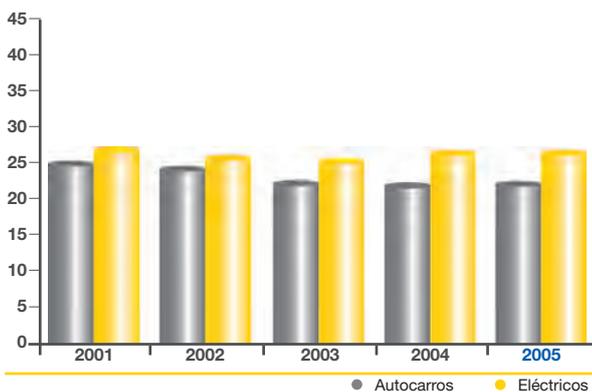
\* Não engloba ascensores e elevadores

## 2.4.3. Taxa de Ocupação

Contrariamente ao verificado no ano anterior, verificou-se um ligeiro aumento da taxa de ocupação. A rede de eléctricos continuou a registar uma taxa de ocupação superior à dos autocarros.

	2005	2004	Δ%
Autocarros	21,92	21,89	0,14
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	26,05	26,16	-0,42
<b>TOTAL</b>	<b>22,05</b>	<b>22,09</b>	<b>-0,18</b>

## TAXA DE OCUPAÇÃO (%)



## 2.4.4. Taxa de Acidentes

### TAXA DE ACIDENTES

(Por Milhão de km)

	2005	2004	Δ%
Unid. Neg. Autocarros	45,18	39,39	14,7
Unid. Neg. Eléctricos	133,65	92,20	45,0
<b>TOTAL</b>	<b>49,30</b>	<b>41,75</b>	<b>18,1</b>

Fonte: Balanced Scorecard.

## 2.4.5. Regularidade

Como indicador indirecto da regularidade do serviço, continua a utilizar-se “o número de quilómetros perdidos, por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de km percorridos”.

Contrariamente ao ano anterior, este indicador apresenta diminuições significativas, para a rede de autocarros e um aumento acentuado para a rede de eléctricos, sendo que globalmente o decréscimo é de 12,7%.

(Número de km perdidos por milhar de km percorridos)

Engarrafamentos	2005	2004	Δ%
Autocarros	4,7	5,5	-14,5
Eléctricos	6,7	5,6	19,6
<b>TOTAL</b>	<b>4,8</b>	<b>5,5</b>	<b>-12,7</b>

## 2.5. TARIFÁRIO

### 2.5.1. Sistema Tarifário

- Em 2005 verificaram-se duas revisões tarifárias:
  - a revisão tarifária anual que entrou em vigor a 1 de Maio com um aumento médio de preços de 3,7%.
  - uma revisão intercalar de preços, a 1 de Novembro, no cumprimento da legislação que prevê a indexação das tarifas à variação do preço dos combustíveis, que detêm um peso cada vez mais significativo na estrutura de custos de

exploração das empresas de transporte e que, na CARRIS se traduziu num aumento médio de 3,7%.

- O aumento de preços resultante das duas revisões tarifárias atinge os 7,6% com a seguinte desagregação por título de transporte:

#### • AUMENTO DE TARIFAS EM 2005

	Passes	Pré-comp.	Bilhetes	Global
Maio	3,4%	7,7%	7,0%	<b>3,7%</b>
Novembro	3,9%	3,6%	1,1%	<b>3,7%</b>
<b>Maio+Novembro</b>	<b>7,5%</b>	<b>11,5%</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,6%</b>

No entanto, devido ao facto de a revisão tarifária anual não ter ocorrido no início do ano civil, o aumento médio anual de preços foi no ano de 2005 de apenas 3,4%, assim distribuído por título de transporte:

• Passes	3,0%
• Pré-comprados (BUC)	5,8%
• Bilhetes	4,9%

- Criação de um novo bilhete, a Tarifa de Bordo “Sobe e Desce”, para venda exclusiva a bordo do Elevador de Stª Justa, válida para duas viagens e que substitui a tradicional Tarifa de Bordo, válida apenas para uma viagem. A criação deste novo bilhete teve como principal objectivo reduzir as filas de espera para aquisição de bilhete e o seu lançamento coincidiu com a reabertura, a 21 de Dezembro, do passadiço que permite assegurar a ligação directa entre o Largo do Carmo e a Rua do Ouro, através deste Elevador.



## 2.5.2. Análise da Procura e Receita por título de transporte pago

Em 2005 as receitas de exploração atingiram os 70,5 milhões de euros o que representa um decréscimo de 2,5 %, em termos reais relativamente a 2004, como se pode verificar a partir dos valores do quadro:

O facto de as receitas directas (-2,5%) não acompanharem o aumento de preços (3,4%) deve-se ao decréscimo de 7,3% nos passageiros com título de transporte pago.

#### • RECEITAS DIRECTAS DE EXPLORAÇÃO (euros de 2005)

(Milhares de Euros)

	2005	2004	Δ %
Passes	46.594	47.073	-1,0
Pré-Comprados	12.442	13.294	-6,4
Bilhetes	11.482	11.941	-3,8
<b>TOTAL</b>	<b>70.518</b>	<b>72.308</b>	<b>-2,5</b>

Da análise da distribuição de passageiros por título de transporte salienta-se uma perda acentuada nos passageiros com bilhete pré-comprado, 12,9%, enquanto a tarifa de bordo apresenta um decréscimo de 8,0%. Nos passes o decréscimo foi de 7,3%.

Os passageiros com Bilhetes Carris apresentaram um aumento, assim como os passageiros com Bilhetes Carris/ Metro.

#### • PASSAGEIROS COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO (10<sup>3</sup>)

	2005	2004	Δ %
Passes	197.391	212.956	-7,3
Pré-Comprados	18.936	21.731	-12,9
Bilhetes	14.753	14.666	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>231.080</b>	<b>249.353</b>	<b>-7,3</b>

A receita directa, em termos reais, apresenta em todos os títulos, Passes, Pré-comprados e Bilhetes, uma variação negativa que associada ao aumento de preços, se traduz numa quebra efectiva da receita real da Empresa de 2,5%.

A redução de 1% na receita de Passes, em termos reais, não obstante o aumento tarifário médio anual de 3%, decorreu da quebra da procura (-7,3%) que se deve:

- À redução do nº de Dias Úteis (-2%) e dos Veículos x km (-4,8%).
- Ao decréscimo das vendas de passes (-165,8 mil passes vendidos), com a seguinte desagregação por grupo de passes.

#### • EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR GRUPO DE PASSES

(Quantidades)

	2005	2004	Δ%
INTERMODAIS*	3.317.190	3.475.961	-4,6
COMBINADOS	609.974	626.784	-2,7
PRÓPRIOS	393.056	383.242	2,6
Carris Urbano (ex Carris Lisboa)	343.641	323.135	6,3
Carris Rede (ex Passe Carris)	49.415	60.107	-17,9
<b>TOTAL</b>	<b>4.320.220</b>	<b>4.485.987</b>	<b>-3,7</b>

\* Excluem-se as vendas dos passes 12, 123 e 23 por não terem repercussão ao nível das receitas da Carris

A quebra na venda dos Passes é particularmente significativa nos Intermodais e decorre de:

- Transferências para os passes Próprios da CARRIS, mais precisamente para o Carris Urbano que a partir de Abril regista contínuos aumentos de vendas; este facto é extremamente positivo porque reflecte a fidelização dos clientes de um passe com melhor remuneração para a Empresa. A quebra que se regista no Carris Rede não é tão gravosa como aparenta uma vez que resulta de transferências para outro passe válido também na CARRIS, o Carris/Metro Rede, único passe do grupo dos Intermodais a apresentar um acréscimo de vendas;
- Transferências para os passes Próprios e Combinados do Metro, resultante da expansão do Metro e da política de complementaridade que tem vindo a ser seguida pelos dois operadores urbanos, patente nas reestruturações de serviços da CARRIS efectuadas com o objectivo de alimentar a rede de Metro;
- Existência de fraude de difícil quantificação e detecção, decorrente do facto de o novo sistema de Bilhética não ter

sido implementado simultaneamente em todos os Operadores, o que faz com que se possam verificar algumas falhas na segurança relacionadas com a prática de carregamentos de passes.

O decréscimo da receita de Pré-comprados (-6,4%) está associado à perda de procura (-12,9%) que decorre de:

- Transferência para títulos alternativos exclusivos da CARRIS:
  - Bilhetes electrónicos em suporte “7colinas”, que por serem bilhetes horários permitem a realização de várias viagens com o mesmo bilhete, representando uma alternativa mais apetente.

- Tarifa de Bordo, opção mais económica para a franja de clientes que efectuam viagens que incluam percurso urbano e suburbano.

- Transferências para os bilhetes “7colinas” combinados com o Metro e para o bilhete exclusivo do Metro de Ida e Volta, que para além de ter um preço por viagem mais competitivo que o BUC é um bilhete que não penaliza os transbordos.

- Acréscimo de 5,8% no preço médio anual dos pré-comprados, factor que retrai os clientes de pequenos percursos que optam por outras alternativas, entre as quais o percurso pedonal.

- Aumento da Taxa de Fraude de 1,05% para 1,17%, transversal a todos os títulos.

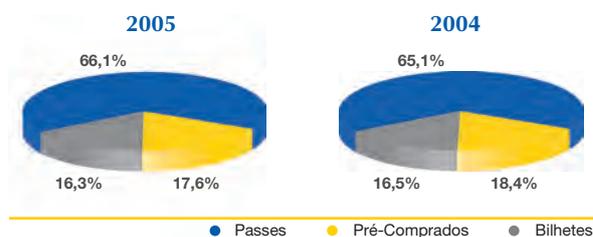
A receita de Bilhetes decresce 3,8%, em termos reais, apesar de se ter registado um acréscimo da procura de 0,6% e um aumento médio anual de 4,9% no respectivo preço. Este comportamento deve-se a:

- Quebra de 8,2% nas vendas da Tarifa de Bordo.
- Decréscimo da base tarifária dos novos bilhetes electrónicos em “7Colinas”, tanto exclusivos como combinados com o Metro, que por terem validade horária e não de viagem, geram uma menor receita/passageiro x km.
- Aumento do número médio de viagens, ou seja, de passageiros, efectuado com os bilhetes horários em suporte

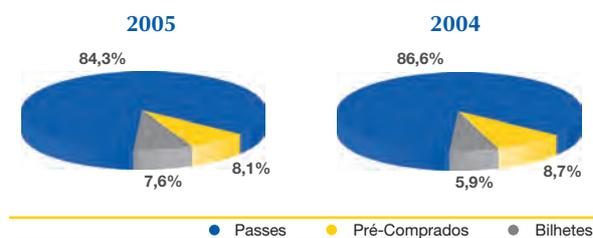
“7Colinas” e em consequência do aumento do nº de transbordos decorrente da racionalização de serviços que a CARRIS tem vindo a implementar.

- Menor remuneração da CARRIS nos bilhetes electrónicos combinados com o Metro, não compensada pelo acréscimo de vendas, inferior ao expectável face às vendas dos bilhetes exclusivos da CARRIS e Metro que aqueles vieram substituir, em Março de 2004.
- Inclusão, a partir de Agosto de 2005, da procura do Lisboa Card em bilhetes, até então considerada nos gratuitos e que contribuiu para um aumento de 1,4% na procura de bilhetes, a que corresponde apenas um acréscimo de 0,8% na receita de bilhetes.

#### RECEITAS DIRECTAS DE EXPLORAÇÃO



#### PASSAGEIROS COM TÍTULOS DE TRANSPORTE PAGO



### 2.5.3. Bilhética

#### Desmaterialização dos Passes Próprios e Comuns com o Metro

A implementação integral do novo sistema de Bilhética na CARRIS e no Metro permitiu concretizar, no início do ano, a desmaterialização/eliminação das senhas dos seguintes passes exclusivos da CARRIS e combinados só com o Metro:

- Passe Carris Urbano 30 dias (antigo Carris Lisboa)
- Passe Carris Rede 30 dias (antigo Passe Carris)
- Passe Carris/Metro Urbano 30 dias (antigo L)
- Passe Carris/Metro Rede 30 dias (criado em Abril de 2004)

A tecnologia associada ao novo sistema de Bilhética permitiu alterar a validade destes passes de mensal a 30 dias. Esta inovação apresenta vantagens tanto para a Empresa como para o cliente:

- Na Empresa permite agilizar todo o processo de venda e reduzir os custos associados à produção das senhas, cujo fabrico diminuiu 36%, o que representou um encaixe para a CARRIS de cerca de 28 mil euros.
- Os clientes beneficiam da flexibilização do atendimento, podendo evitar as filas de fim de mês e gerir a aquisição do título em função das suas reais necessidades, sendo possível por exemplo, não adquirir o passe nos períodos de férias.

Paralelamente à desmaterialização destes títulos, a CARRIS alterou os procedimentos de venda e carregamento de todos os passes, operações que passaram a ser efectuadas obrigatoriamente em simultâneo por forma a minimizar o risco de fraude.

## 2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O processo de aquisição de novos autocarros foi acompanhado por uma campanha de divulgação, à medida que cada carreira era dotada de novos veículos. Foram também desenhadas novas decorações exteriores para os veículos recebidos ao longo de 2005.

A entrada em funcionamento pleno do SIP (Sistema de Informação aos Passageiros através de SMS) foi acompanhada de uma acção promocional na imprensa, rádio e em acções directas junto dos nossos clientes.

A CARRIS foi um dos principais patrocinadores do Campeonato da Europa de Basquetebol em Cadeira de Rodas (Divisão C). A associação a este evento passou pelo transporte dos atletas e pela promoção da imagem da CARRIS no local de realização do campeonato e em todos os elementos de comunicação a ele associados.

## 3 RECURSOS HUMANOS

A continuação da acção de informação "Plantas de Bairro" abrangeu as zonas de Alcântara e Graça. Outras acções promocionais foram realizadas acompanhando projectos e iniciativas desenvolvidos pela Empresa, em colaboração com outras entidades. Foram exemplo disso, as acções de divulgação da venda de títulos de transporte nas lojas "Payshop", do projecto inovador "Corredor Bus Intermitente" (em colaboração com a C.M.L. e o Instituto Superior Técnico) e a reedição da planta de transportes públicos de Lisboa, em parceria com o Metropolitano de Lisboa.

A qualidade do sítio da CARRIS na Internet foi publicamente reconhecida, através da atribuição do prémio da APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.



### 3.1. ORIENTAÇÕES GLOBAIS

Em 2005 e na sequência dos objectivos traçados para o triénio 2003/2005, a gestão de recursos humanos foi dirigida pelo processo de reestruturação da Empresa, de forma a atingir as metas definidas, particularmente nos seguintes domínios:

- Continuação e consolidação da redução programada do efectivo no universo não tripulante.
- Aumento da produtividade e redução do absentismo bem como do trabalho suplementar.
- Consolidação das alterações de procedimentos decorrentes de obrigações contratuais como contributo para minimizar custos com pessoal.
- Colaboração para a concretização do processo de Certificação da Empresa.

Foram também mantidas linhas de orientação de anos anteriores, designadamente:

- Desenvolvimento de acções de Formação Profissional visando a optimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, em sintonia com os projectos de modernização da frota e de reconversão tecnológica que a Empresa vem desenvolvendo, contribuindo também, para uma maior qualidade dos serviços prestados, para uma nova imagem da Empresa.
- Cumprimento das obrigações contratuais e legais, nomeadamente no âmbito das Medicinas, Curativa e Preventiva.
- Optimização das admissões na Empresa e sua concretização dirigida quase exclusivamente para pessoal tripulante.

### 3.2. EVOLUÇÃO DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores era de 2.787, verificando-se um decréscimo de 2,52% (-72 trabalhadores) face à data homóloga do ano anterior, em coerência com as linhas estratégicas previamente definidas.

#### • EFECTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

Grupos Funcionais	2005	2004	Δ %
Pessoal de Tráfego (1)	1.914	1.900	0,74
Pessoal Oficial (1)	381	439	-13,21
Restante Pessoal	492	520	-5,38
<b>TOTAL</b>	<b>2.787</b>	<b>2.859</b>	<b>-2,52</b>

(1)

Não inclui chefias superiores ou quadros superiores

A redução apresentada resultou da sensível diminuição de 58 unidades no pessoal oficial (-13,21%) e da moderada diminuição de 28 unidades no universo de restante pessoal (-5,38%), tendo-se verificado um pequeno acréscimo do pessoal de tráfego.

O ratio Tripulantes / Efectivo Total verificado a 31 de Dezembro (63,3%) aumentou 2,7 pontos percentuais relativamente ao momento homólogo do ano anterior.

É de referir diminuições, quer da idade média (-1,32 anos), quer da antiguidade média (-1,39 anos), registadas a 31 de Dezembro e relativamente ao ano anterior, as quais resultam da significativa rotação de efectivos concretizada. Os valores observados são respectivamente de 43,12 e 16,73 anos.

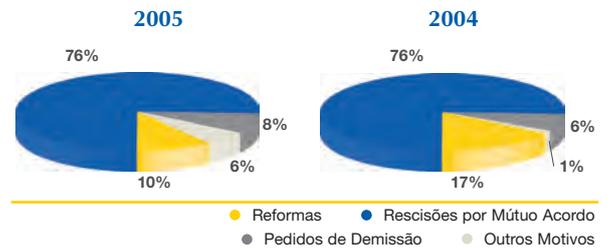
Efectuaram-se 256 admissões e 1 readmissão para o serviço (+190 unidades que no ano anterior), tendo sido este esforço direccionado para as funções de tripulante. Em resultado desta acção, foram entregues ao tráfego, aptos para a função, 284 novos tripulantes (236 motoristas e 48 guarda-freios), o que representa um acréscimo de 914,3% sobre o verificado no ano anterior.

Quanto ao volume de saídas da Empresa (329 unidades), verificou-se um decréscimo de 73 unidades (-18,2%) relativamente ao ano anterior. O decréscimo referido relaciona-se com a natural diminuição da compressibilidade do efectivo, tendo em conta a sua aproximação à dimensão adequada. É de salientar ainda, a sensível diminuição de saídas por reformas e o expressivo quantitativo de rescisões por mútuo acordo, as quais mantiveram a mesma cota percentual relativamente ao total de saídas (76%) verificada no ano anterior.

#### • SAÍDAS DE PESSOAL

Motivos	2005	2004
<b>Reformas</b>	<b>33</b>	<b>67</b>
Por Invalidez	11	34
Por Limite de Idade	18	30
Antecipadas	4	3
<b>Rescisões por Mútuo Acordo</b>	<b>250</b>	<b>304</b>
<b>Pedidos de Demissão</b>	<b>27</b>	<b>26</b>
<b>Outros Motivos</b>	<b>19</b>	<b>5</b>
Demissões	10	3
Cessações de Contrato	5	0
Falecimentos	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>329</b>	<b>402</b>

#### • SAÍDAS DE PESSOAL POR MOTIVOS



### 3.3. TRABALHO SUPLEMENTAR

#### • HORAS TRABALHO SUPLEMENTAR

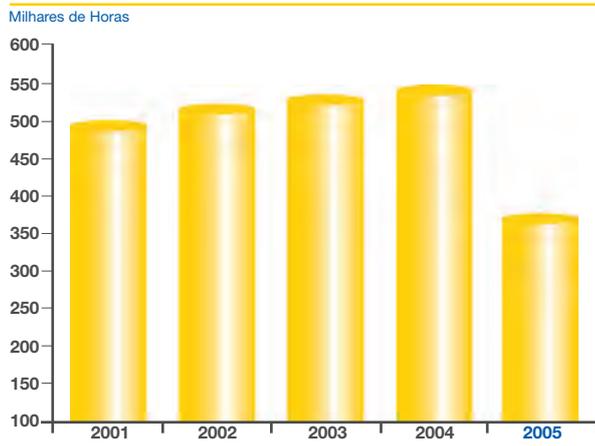
Indicadores	2005	2004	Δ %
Total de Horas	337.367	550.821	-38,75
Valor (Milhares de Euros)	3.253	4.647	-29,99

Nota: Não inclui prestação de trabalho em dia feriado.

Verificou-se um forte decréscimo no registo do trabalho suplementar realizado em 2005, em resultado das orientações previamente definidas pelo mais elevado nível da gestão face à necessidade imperiosa da sua redução, tendo em consideração exigências legais, de qualidade e de segurança do serviço prestado.

Esta diminuição (-30% em valor), contribuiu com uma cota superior a 60% para a redução de 2,19 milhões de euros de massa salarial relativamente à verificada no ano anterior.

## TRABALHO SUPLEMENTAR



### 3.4. ABSENTISMO

A taxa de absentismo registada em 2005 relativamente ao ano anterior, teve um significativo decréscimo absoluto de 2,12 pontos percentuais (-22,11%), em resultado das diminuições verificadas nas suas componentes, com excepção na relativa à de acidentes de trabalho. Realça-se a tendência consolidada de diminuição do absentismo por doença e a diminuição de 40,23% nas ausências justificadas, em resultado das políticas remuneratórias adicionais de incentivo à prestação efectiva de trabalho.

#### TAXA DE ABSENTISMO (%)

Motivo	2005	2004	Δ %
Doença	3,26	3,68	-11,41
Acidentes de Trabalho	0,78	0,70	11,43
Faltas Justificadas	2,57	4,30	-40,23
Faltas Injustificadas	0,86	0,91	-5,49
<b>TOTAL</b>	<b>7,47</b>	<b>9,59</b>	<b>-22,11</b>

### 3.5. FORMAÇÃO

Em 2005, receberam formação assistida, 2.162 trabalhadores, sendo de 120.532 horas o tempo de formação recebida, resultante dum grande aumento das acções de formação ini-

cial para a preparação dos tripulantes admitidos para suprir as necessidades do efectivo da Empresa. É ainda de salientar a conclusão da acção para a Melhoria da Relação Social e Comercial com os Clientes, a qual abrangeu todo o efectivo de Tripulantes e outros Agentes de Tráfego.

#### FORMAÇÃO REALIZADA

Indicadores	2005	2004	Δ %
Número de Horas de Participantes (Milhares)	120,5	47,1	155,84
Número de Trabalhadores Abrangidos	2.162	2.199	-1,68

### 3.6. ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2005 registaram-se 124 acidentes de trabalho, o que em termos absolutos representa um decréscimo expressivo de 44,64% relativamente ao ano anterior. Consequentemente, os restantes indicadores beneficiaram de evolução positiva. Deve salientar-se que a melhoria constatada resultou das alterações introduzidas no acompanhamento das ocorrências, das respectivas análises e na sua comunicação, em articulação com os prestadores de serviços neste âmbito.

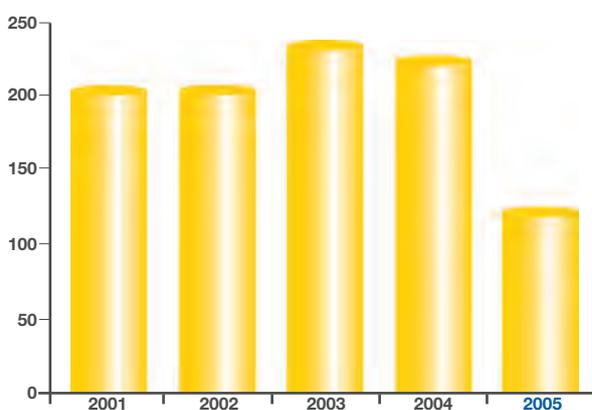


## 4 RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

### ACIDENTES DE TRABALHO

Indicadores	2005	2004	Δ %
Número de Acidentes	124	224	-44,64
Índice de Frequência	20,67	34,71	-40,44
Índice de Gravidade	0,98	1,24	-20,96
Dias Perdidos	5.036	5.248	-4,04

Nº de Acidentes



### 4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

#### 4.1.1. Situação Geral

Na sequência da renovação de 408 Autocarros de Serviço Público, inserida na estratégia de reestruturação da Empresa iniciada em 2003, foi efectuada em 2005 a recepção de 183 novas unidades (incluindo 20 a gás natural).

Esta renovação teve como efeitos:

- reduzir a idade média da frota para 9 anos (em 31 de Dezembro de 2005);
- permitir o abate de veículos antigos, com custos de manutenção muito elevados;
- continuar a contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente em Lisboa;
- prosseguir a política de melhoria de conforto oferecido aos clientes, equipando os veículos com ar condicionado e piso rebaixado.

#### FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

Tipo	31.12.2005	31.12.2004	Diferença
<b>Autocarros</b>	<b>785</b>	<b>797</b>	<b>-12</b>
Standard	616	628	-12
Médios	39	39	0
Minis	40	40	0
Articulados	90	90	0
<b>Eléctricos</b>	<b>58</b>	<b>58</b>	<b>0</b>
Ligeiros (Automatizados)	8	8	0
Remodelados	40	40	0
Articulados	10	10	0
<b>Ascensores + Elevadores</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>851</b>	<b>863</b>	<b>-12</b>

No final de 2005, existiam menos 12 veículos na frota de serviço público, de tipologia Standard, relativamente a 2004.

#### 4.1.2. Taxa de Imobilização (%)

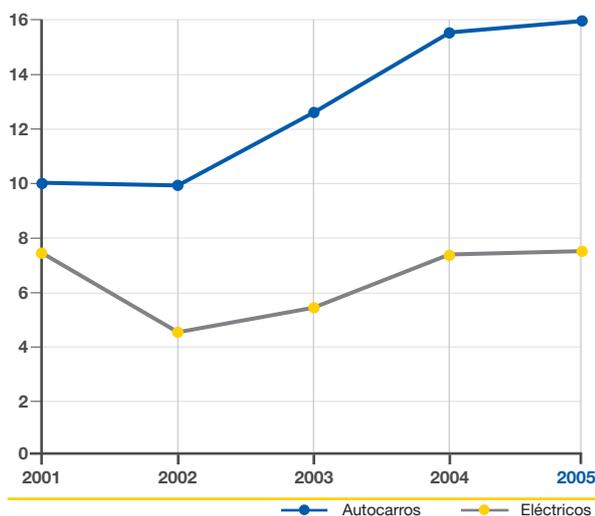
A taxa de imobilização aumentou em ambas as redes, sendo no entanto um aumento menos acentuado do que aquele

que se verificou nos últimos anos, em consequência da entrada ao serviço de novos autocarros.

Frota	2005	2004	Δ%
Autocarros	15,9	15,5	2,6
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	7,5	7,2	4,2

#### TAXA DE IMOBILIZAÇÃO

Tx. Imob. (%)



#### 4.1.3. Grande Manutenção da Frota de Serviço Público

Os indicadores da actividade das principais rubricas da grande manutenção da frota de autocarros, a exemplo do ano transacto continuam a traduzir um decréscimo do volume da actividade, reflectindo as necessidades de reparação verificadas, consequência entre outros da renovação da frota em curso. Refere-se ainda que a partir do 2º. Semestre a Unidade de Negócio de Manutenção passou a integrar outras actividades transferidas parcialmente de duas Estações, como sejam, a desmontagem e montagem de motores a as inspecções dos 60.000 km.

Durante este ano verificou-se a redução do efectivo na Unidade de Negócio de Manutenção, em 14 trabalhadores, contudo as actuais existências terão que ser ajustadas face às actividades ainda a receber das Estações.

#### 4.1.4. Grande Reparação da Frota de Autocarros

##### GRANDE REPARAÇÃO DA FROTA DE AUTOCARROS

Indicadores	2005	2004
Reparações Comerciais Concluídas	24	17*
Reparações Pontuais e de Abalroamentos	179	172
Nº Médio de Veículos em Imobilização Simultânea	17,5	13,2
Reparações de Grandes Órgãos Mecânicos:		
Motores	49	85
Caixas de Velocidades	130	191

\* A afectar do coeficiente 1,5 dado tratarem-se de autocarros articulados que não autocarros standard.

#### 4.1.5. Frota de Eléctricos

Os indicadores de grande manutenção da frota de carros eléctricos remodelados e respectivos órgãos mecânicos e eléctricos traduzem um acréscimo de volume de actividade face ao ano anterior. Esta situação foi colmatada com a procura de soluções economicamente mais vantajosas, recorrendo à sua externalização.

No que respeita à frota de carros eléctricos articulados, deu-se início aos trabalhos das reparações gerais dos 560.000km.

Indicadores	2005	2004
Reparações Gerais/Intermédias	2	-
Beneficiações Comerciais	14	12
Beneficiações Técnicas	24	23
Reparações Gerais/Intermédias (Elev. - Ascensores)	2	1
Reparações de Avarias e de Abalroamentos	265	237
Reparações de Órgãos Rotáveis		
Motores de Tracção Siemens/Skoda	51	43
Motores de Tracção Antigos	2	7
Motores dos Compressores	74	67
Compressores	69	63
Nº Médio de Veículos em Imobilização Simultânea	4,3	4,7

## 4.2. INFRA-ESTRUTURAS

### 4.2.1. Tracção Eléctrica

Em 2005 foi desenvolvido o projecto de construção civil e lançada consulta para adjudicação da empreitada de desvio das grelhas de ventilação da subestação da Praça da Figueira, obra que viabilizará a recuperação desta subestação, que se encontra desactivada desde a inundação ocorrida em 2001. Esta subestação foi substituída provisoriamente, nessa data, pela Subestação Móvel que se encontra instalada no Campo das Cebolas.

Na rede aérea foram substituídos 1.282 metros de fio de contacto.

Em 2005 foi substituído o autómato do sistema de sinalização das Escolas Gerais e concluído o projecto de prioridade semafórica da carreira 15 de eléctricos.

### 4.2.2. Linha

Para manutenção das condições de circulação da via-férrea da rede de eléctricos, foram feitos os seguintes trabalhos principais ao longo de 2005:

- Substituição de 36 m de linha na Rua dos Cavaleiros;
- Substituição de 36 m de linha na Rua de St<sup>o</sup> António da Sé;
- Substituição de 22 m de linha na Rua João de Barros;
- Substituição de 22 m de linha na Rua das Açucenas;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Raquete de Belém.

Foram feitos trabalhos de renivelamento da via numa extensão aproximada de 20 m, na Rua de Pedrouços, para correcção de assentamentos ocorridos no arruamento.

No âmbito dos trabalhos de conservação da via, foram feitos trabalhos de recuperação de vários troços de linha, com reperfilagem por soldadura e limagem numa extensão de 300 metros de carril e em várias agulhas da rede, de modo a manter as condições de operacionalidade e segurança da infra-estrutura e permitir o prolongamento da sua vida útil.

## 4.3. ÁREA DE APROVISIONAMENTO

Numa apreciação global ao nível de existências dos materiais em armazém, excluindo os Bilhetes e Senhas, o nível de existências observado no final de 2005 apresenta um decréscimo de 5,73%, comparativamente com igual período do ano anterior.

Apesar da evolução menos positiva nas rubricas *Gasóleo* e *Combustíveis/Lubrificantes*, devido aos acentuados aumentos de preço registados em produtos derivados do petróleo, e na de *Fardamentos*, pela entrada de material em Dezembro só distribuído aos funcionários no ano seguinte, observou-se uma diminuição generalizada do nível de existências nas restantes categorias de materiais de armazém, em especial nas de maior expressão em valor absoluto relativamente ao total:

- Material para Eléctricos: -15,2%, menos cerca de 103.541 Euros que em 31/12/2004;
- Material para Autocarros: -10,4%, menos cerca de 39.289 Euros que em 31/12/2004;

Rubricas	Existências em 31.12 (€)		
	2005	2004	Δ %
Peças e Acessórios Eléctricos	577.238	680.689	-15,20
Peças e Acessórios Autocarros	338.181	377.470	-10,41
Outro Material	756.810	769.384	-1,63
<b>Sub-Total</b>	<b>1.672.229</b>	<b>1.827.543</b>	<b>-8,50</b>
Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes	329.813	296.099	11,39
<b>TOTAL</b>	<b>2.002.042</b>	<b>2.123.642</b>	<b>-5,73</b>

### 4.3.1. Stock Médio

Para o mesmo conjunto de rubricas analisadas no ponto anterior, manteve-se a tendência de decréscimo das existências médias observada nos últimos anos, ao registar em 2005 uma redução da ordem dos 8,63% relativamente a 2004.

Com excepção do conjunto de rubricas designado por *Gasóleo* e *Outros Combustíveis e Lubrificantes*, com um

aumento médio das existências de 14%, todas as restantes registaram uma quebra mais ou menos significativa. Destacou-se, neste particular, a rubrica *Peças e Acessórios para Autocarros*, com uma redução de 21,02%.

#### 4.3.2. Índice de Rotação

Em 2005 este indicador, excluindo as rubricas *Gasóleo, Gás Natural, Outros Combustíveis e Lubrificantes*, manteve-se a níveis do ano anterior (próximo de 1,7), apesar do aumento registado nas rubricas *Peças e Acessórios para Eléctricos e em Outro Material*.

Rubricas	Stock Médio Activo (€)			Custos Totais (€)			Índice de Rotação		
	2005	2004	Δ %	2005	2004	Δ %	2005	2004	Δ %
Peças e Acessórios Eléctricos	629.786	684.636	-8,01	217.824	153.120	42,26	0,35	0,22	59,09
Peças e Acessórios Autocarros	340.780	431.492	-21,02	1.907.990	2.437.909	-21,74	5,60	5,65	-0,88
Outro Material	820.085	909.049	-9,79	860.562	887.515	-3,04	1,05	0,98	7,14
<b>Sub-Total</b>	<b>1.790.651</b>	<b>2.025.177</b>	<b>-11,58</b>	<b>2.986.376</b>	<b>3.478.544</b>	<b>-14,15</b>	<b>1,67</b>	<b>1,72</b>	<b>-2,90</b>
Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes	300.181	263.190	14,05	16.501.045	14.761.289	11,79	54,97	56,09	-1,99
<b>TOTAL</b>	<b>2.090.832</b>	<b>2.288.367</b>	<b>-8,63</b>	<b>19.487.421</b>	<b>18.239.833</b>	<b>6,84</b>	<b>9,32</b>	<b>7,97</b>	<b>16,93</b>

### 4.4. ÁREA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

#### 4.4.1. Novas Instalações da Informática no Complexo de Miraflores

Na sequência da construção, no Complexo de Miraflores, de novas instalações para a Informática, foram sendo sucessivamente transferidos para o novo Datacenter a maioria dos sistemas albergados no Datacenter de Santo Amaro, tendo ainda ficado aqui residentes 2 sistemas críticos: Bilhética e SAEIP, sendo que no último trimestre de 2005 se iniciou o processo de transferência da Bilhética.

A Infraestrutura de voz e dados sofreu um importante upgrade de forma a suportar a vinda dos novos serviços para o Complexo de Miraflores; o backbone de dados foi completamente reestruturado e a capacidade da central telefónica aumentada.

#### 4.4.2. Projectos de Gestão Documental

Durante o ano de 2005 decorreu a implementação de um sistema de Gestão Documental, a qual tinha sido iniciada em 2004.

Este projecto contribuiu de forma decisiva para agilizar e aumentar a produtividade das áreas administrativas e técnicas da Empresa.

#### 4.4.3. Projecto de Balanced Scorecard

O Balanced Scorecard, implementado em 2004, foi expan-

dido em 2005, passando a abranger as Estações. O sistema constitui uma plataforma de eleição para a gestão por objectivos. Trimestralmente continuam a ser efectuadas reuniões plenárias de quadros superiores com o Conselho de Administração para análise dos indicadores.

#### 4.4.4. SAP R/3

Entrou em produção no início de 2005 a versão Enterprise do SAP R/3, após a realização de upgrade no decurso do qual foi totalmente substituída a infra-estrutura de suporte (servidores).

#### 4.4.5. SIP - Sistema de Informação aos Passageiros

Em 2005 consolidou-se o SIP, após algumas vicissitudes ligadas a um fraco desempenho do operador de gateway.

Este assunto ficou resolvido após um trabalho de auditoria independente ao sistema.

#### 4.4.6. SIIT - Sistema de Informação Intermodal de Transporte

No decurso de 2005 procedeu-se ao reforço da infra-estrutura do SIIT – Sistema de Informação Intermodal de Transporte, de modo a assegurar a melhoria da conectividade, o aumento da velocidade do tráfego de comunicações, uma maior capacidade de armazenamento de dados e maior segurança.

Actualmente o SIIT está preparado para receber de imediato dados dos operadores que no futuro próximo vão aderir à nova bilhética sem contacto garantindo, com um elevado padrão de qualidade de serviço, a interoperabilidade e intermodalidade do sistema, imprescindíveis ao sucesso do novo sistema de Bilhética.

#### 4.4.7. Acessos Remotos - VPN

Foi desenvolvido e implementado um projecto de acessos por VPN (rede privada virtual), que permitiu à gestão de topo e de 1ª linha da Empresa e a alguns serviços com exigências especiais aceder remotamente a uma parte importante dos sistemas de informação como: correio electrónico, Gestão Documental, SAP R/3, Balanced ScoreCard e Intranet.

#### 4.4.8. Sistemas Embarcados: Videovigilância e Informação Multimédia

Os sistemas a bordo dos veículos sofreram um importante salto qualitativo e quantitativo com a instalação, em 2005, de 300 sistemas de videovigilância, adquiridos no âmbito de um concurso internacional.

Ainda em 2005, foram desenvolvidos contactos e promovida a colaboração entre empresas do mercado no sentido de dotar a frota de um sistema suportado em painéis de vídeo (TFT) capaz de fornecer aos passageiros informação sobre a próxima paragem, intercalada com conteúdos publicitários.

## 5 RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1. FLUXOS FINANCEIROS

A exploração gerou um cash-flow negativo de 32,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 11,6 milhões de euros relativamente a 2004, reflectindo não só um esforço de redução de custos, mas também o acréscimo da indemnização compensatória no montante de 7,4 milhões de euros, em termos reais.

Durante o ano de 2005 foi feita a utilização de 40 milhões de euros, concluindo-se assim a Tranche A de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento no montante global de 60 milhões de euros, o que permitiu fazer face aos investimentos do ano.

No final de 2005 foi contratada com o Banco Europeu de Investimento a Tranche B no montante de 30 milhões de euros, com Aval do Estado, o que permitirá fazer face aos investimentos de 2006.

#### ORIGEM/ APLICAÇÃO DE FUNDOS (em termos reais\*)

(Milhares de Euros)

	2005	2004
<b>Origem de Fundos</b>		
Cash-Flow de Exploração	-32.496,2	-44.131,7
Aumento de Capitais Próprios	0,0	0,0
Aumento de Dívidas a Terceiros	17.094,0	231.071,4
Outras	232,7	1.298,1
Diminuição dos Fundos Circulantes	58.013,6	0,0
	<b>42.844,1</b>	<b>188.237,8</b>
<b>Aplicação de Fundos</b>		
Aumento do Investimento Financeiro	250,5	734,9
Diminuição de Dívidas a Terceiros	2.849,2	14.913,3
Aumento de Dívidas de Terceiros	0,0	0,0
Aumento de Imobilizações	39.744,4	21.241,1
Aumento dos Fundos Circulantes	0,00	151.348,5
	<b>42.844,1</b>	<b>188.237,8</b>

\* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2005.

## 5.2. INVESTIMENTO REALIZADO

O investimento realizado no ano ascendeu a 39,8 milhões de euros, dos quais 27,9 milhões de euros são de aquisição de frota.

Analogamente ao ano anterior a Empresa manteve um esforço de investimento significativo (3,2 milhões de euros) com a Bilhética e com o Sistema de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP) e ainda com a remodelação de edifícios (6,4 milhões de euros), onde se inclui a conclusão da remodelação de instalações em Miraflores, investimento indispensável à concentração de serviços administrativos.

### • INVESTIMENTOS (em termos reais)

(Milhares de Euros)

	2005	2004
<b>Frota de Autocarros</b>		
Aquisições	27.880	12.936
Grandes Reparações	1.030	1.022
Órgãos de Reserva	3	45
<b>Frota de Eléctricos</b>		
Aquisições	0	0
Grandes Reparações	42	14
Órgãos de Reserva	31	0
<b>Infra-estruturas</b>		
Linha (Grandes Reparações)	115	122
Rede Aérea	60	41
Subestações Eléctricas	0	0
Estações de Serviço	154	7
<b>Edifícios</b>	<b>6.390</b>	<b>2.994</b>
Bilhética/Sist. Ajuda à Exploração	3.232	2.654
Outros Invest. Corpóreos	807	1.407
<b>Total Invest. Não Financeiros</b>	<b>39.744</b>	<b>21.242</b>
Investimentos Financeiros	7	18
<b>TOTAL</b>	<b>39.751</b>	<b>21.260</b>

## 5.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final do exercício de 2005, o Activo apresentava um aumento, em termos reais, de 4,3% comparativamente com o ano anterior. Este facto, resultou na sua maior parte do acréscimo do imobilizado corpóreo por efeito do investimento do exercício.

O Capital Próprio ficou mais negativo em 2005 pelo incorporação do prejuízo do exercício.

O passivo de curto prazo que no final de 2004 representava 12,6% da totalidade do passivo, passou para 24,2% no final de 2005, por efeito do recurso ao crédito de curto prazo para a cobertura das necessidades de fundos para a exploração.

### • VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO (em euros de 2005)

Rubrica do Balanço	2005	2004	Variação	
			Valor	%
<b>Activo</b>				
Imobilizado	148.060	133.964	14.096	10,5
Investimentos Financeiros	4.174	4.040	134	3,3
Existências	5.250	4.977	273	5,5
Div. Terceiros Médio e Longo Prazo	0	0	0	0
Div. Terceiros C.P e Disponibilidades	38.214	44.639	-6.425	-14,4
Custos Dif. e Acréscimos Proveitos	849	905	-56	-6,2
<b>TOTAL</b>	<b>196.547</b>	<b>188.525</b>	<b>8.022</b>	<b>4,3</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital Próprio	-334.119	-286.936	-47.183	-16,4
Provisões para Riscos e Encargos	3.815	5.225	-1.410	-27,0
Passivo a Médio e Longo Prazo	391.134	385.557	5.577	1,4
Passivo a Curto Prazo	108.268	55.733	52.535	94,3
Proveitos Dif. e Acréscimos Custos	27.449	28.946	-1.497	-5,2
<b>TOTAL</b>	<b>196.547</b>	<b>188.525</b>	<b>8.022</b>	<b>4,3</b>



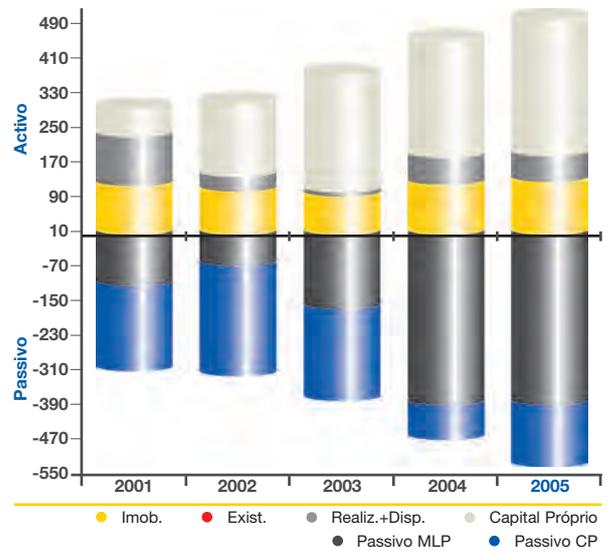
• ESTRUTURA PATRIMONIAL (em % do total)

Rubrica do Balanço	Pontos Percentuais		
	2005 (1)	2004 (2)	Δ (1) - (2)
<b>Activo</b>			
Imobilizado	75,3	71,1	4,2
Investimentos Financeiros	2,1	2,1	0,0
Existências	2,7	2,6	0,1
Div. Terceiros M.L Prazo	0,0	0,0	0,0
Div. Terceiros C.P e Disponibilidades	19,4	23,7	-4,3
Custos Dif. e Acréscimos Proveitos	0,5	0,5	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
Capital Próprio	-170,0	-152,2	-17,8
Provisões para Riscos e Encargos	1,9	2,7	-0,8
Passivo a Médio e Longo Prazo	199,0	204,5	-5,5
Passivo a Curto Prazo	55,1	29,6	25,5
Proveitos Dif. e Acréscimos Custos	14,0	15,4	-1,4
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

A estrutura patrimonial da Empresa encontra-se bastante desequilibrada, sendo indispensável que se resolva o problema do capital próprio negativo em 334,1 milhões de euros.

• ESTRUTURA PATRIMONIAL

(Milhões de Euros, em termos reais)



## 6 RESULTADOS ECONÓMICOS

### 6.1. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

#### 6.1.1. No Exercício de 2005

No exercício de 2005 o resultado líquido foi negativo em 54 481 milhares de euros, o que comparativamente com o ano anterior representa uma melhoria de 7,2 milhões de euros, em termos reais.

O resultado operacional Transportes Públicos melhorou em 8,6 milhões de euros por efeito do aumento da indemnização compensatória e da redução dos custos de exploração.

O agravamento dos resultados financeiros resulta do endividamento adicional, não só do ano de 2005, mas também como consequência da consolidação do passivo efectuada em 2004, que embora faseada nesse ano, se reflectiu integralmente no ano seguinte.

#### RESULTADOS CORRENTES (em termos reais\*)

(Milhares de Euros)

Receitas, Custos e Resultados	2005	2004	Δ%
<b>Receitas de Transporte Públicos</b>	<b>110 980</b>	<b>105 398</b>	<b>5,3</b>
Receita Directa	70 518	72 309	-2,5
Indemnização Compensatória	40 462	33 089	22,3
<b>Custos Directos de Exploração TP</b>	<b>110 646</b>	<b>113 801</b>	<b>-2,8</b>
Custos de Produção e Comerciais	96 370	102 310	-5,8
Amortizações	14 276	11 491	24,2
Resultado Operacional Bruto TP	334	-8 403	-104,0
<b>Custos Gerais</b>	<b>47 468</b>	<b>47 352</b>	<b>0,2</b>
Resultado Operacional TP	-47 134	-55 755	-15,5
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-11 353</b>	<b>-9 860</b>	<b>15,1</b>
Resultado de Transportes Públicos	-58 487	-65 615	-10,9
<b>Resultados de Explorações Acessórias</b>	<b>1 144</b>	<b>2 450</b>	<b>-53,3</b>
<b>Outros Custos e Proveitos</b>	<b>1 683</b>	<b>1 240</b>	<b>35,7</b>
Resultados Correntes	-55 660	-61 925	-10,1

\* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2005.

#### 6.1.2. Enquadramento dos Resultados do Ano na Evolução Anterior

No ano de 2005 voltou a reduzir-se a incobertura dos custos pela receita directa e pela indemnização compensatória, não só pela redução de custos que se tem vindo a verificar mas também pela redução das indemnizações por rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo.

#### RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO - KM (em termos reais)

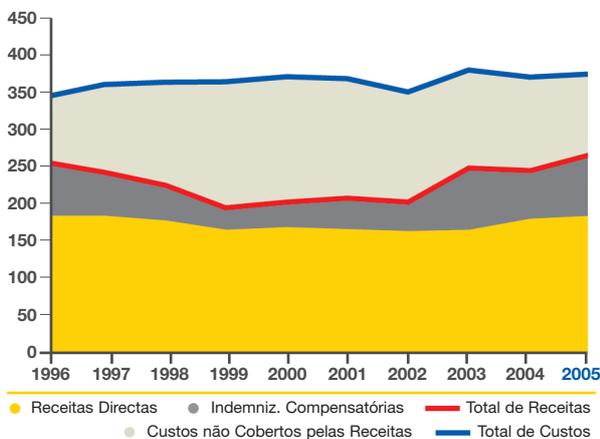
(Euros / VK)

Anos	Receitas			Custos*
	Directas	Indemniz. Compens.	Total	
1996	1,82	0,77	2,59	3,44
1997	1,82	0,62	2,44	3,65
1998	1,77	0,52	2,29	3,69
1999	1,67	0,29	1,96	3,69
2000	1,71	0,29	2,00	3,81
2001	1,68	0,41	2,09	3,77
2002	1,65	0,38	2,03	3,54
2003	1,66	0,92	1,58	4,08
2004	1,72	0,79	2,51	3,82
2005	1,76	1,01	2,77	3,95

\* Exclui Encargos Financeiros e inclui indemnizações com rescisões mútuo acordo.

#### RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO - KM (em termos reais)

(Cêntimos / VK)



Nota: Os anos 2003, 2004 e 2005 incluem 33,2; 16,7 e 13,6 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente.

O esforço financeiro do Estado com a Empresa foi superior ao do ano anterior em 7,4 milhões de euros, o que associado ao esforço de investimento e ao cash-flow negativo gerado pela exploração, obrigou um endividamento adicional de 72,5 milhões de euros.

Importa referir que não obstante o endividamento adicional verificado, o cash-flow gerado pela exploração melhorou de -44,1 milhões de euros em 2004 para -31,1 milhões de euros em 2005, em termos reais.

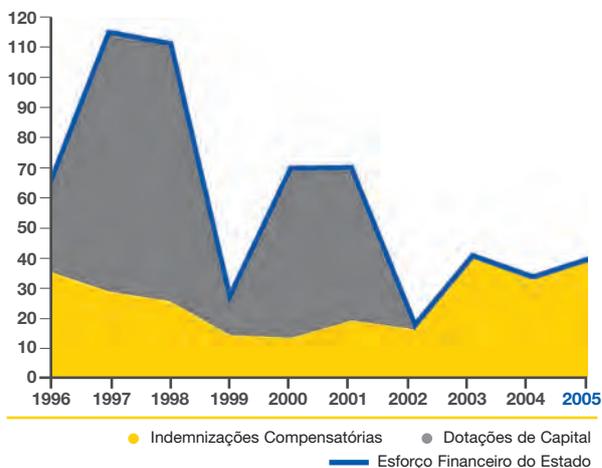
#### ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais)

(Milhares de Euros)

Anos	Indemnizações Compensatórias	Dotações de Capital	Total
1996	35 478	29 025	64 503
1997	28 839	85 205	114 044
1998	25 196	86 034	111 230
1999	13 825	12 014	25 839
2000	13 346	54 876	68 222
2001	18 413	49 652	68 065
2002	17 321	0	17 321
2003	40 821	0	40 821
2004	33 089	0	33 089
2005	40 462	0	40 462

#### ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais)

Milhões de Euros



## 6.2. RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Em termos reais, verificou-se um agravamento do grau de cobertura custos directos da exploração de autocarros de 0,9%, dado que a redução da receita directa foi superior à redução dos custos. No caso da exploração dos eléctricos o grau de cobertura aumentou 14% quer por acréscimo da receita directa, quer pela redução de custos, também em termos reais.



• RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (em termos reais)

(Milhares de Euros)

	Autocarros			Eléctricos		
	2005	2004	Δ %	2005	2004	Δ %
Receita Directa (1)	64 594	66 748	-3,2	5 089	4 811	5,8
Custos Directos (2)	97 648	99 972	-2,3	11 707	12 615	-7,2
Margem Bruta	-33 054	-33 224	-0,5	-6 618	-7 804	-15,2
Grau de Cobertura Percentual (1)/(2)	66,1	66,8	-0,9	43,5	38,1	14,0

Em termos unitários, por passageiro transportado, verifica-se aumento real da receita directa unitária em ambas as explorações. No que se refere aos custos unitários constata-se um aumento no custo unitário dos autocarros resultante exclusivamente das amortizações dos novos veículos e do aumento dos combustíveis, absorvendo integralmente as reduções resultantes de optimização de funcionamento. No caso dos eléctricos verificou-se uma redução de 5,6% resultante do esforço da Empresa na redução de custos.

• RESULTADOS ECONÓMICOS POR PASSAGEIRO

(em termos reais)

(Euros)

Valores por Passageiro	Autocarros			Eléctricos		
	2005	2004	Δ %	2005	2004	Δ %
Receita Directa	0,290	0,280	3,6	0,325	0,302	7,6
Custos	0,438	0,419	4,5	0,747	0,791	-5,6
Défice Bruto	0,148	0,139	6,5	0,422	0,489	-13,7

### 6.3. PROVEITOS CORRENTES POR NATUREZAS

Em referência ao ano anterior, verificou-se que o total de proveitos correntes teve um aumento de 4,7%, em termos reais, exclusivamente por efeito do acréscimo da indemnização compensatória.

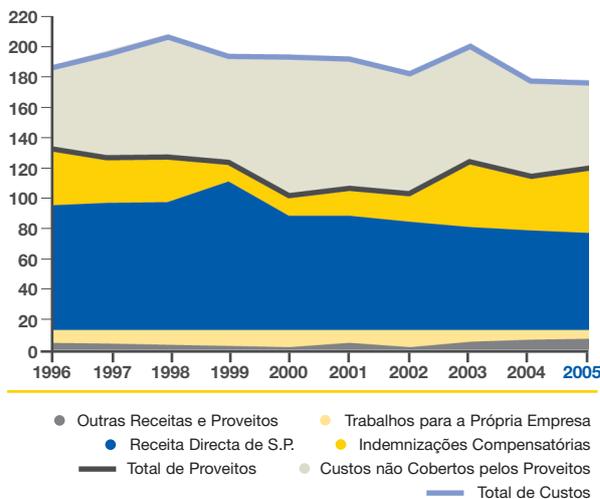
PROVEITOS CORRENTES (em termos reais)

(Milhares de Euros)

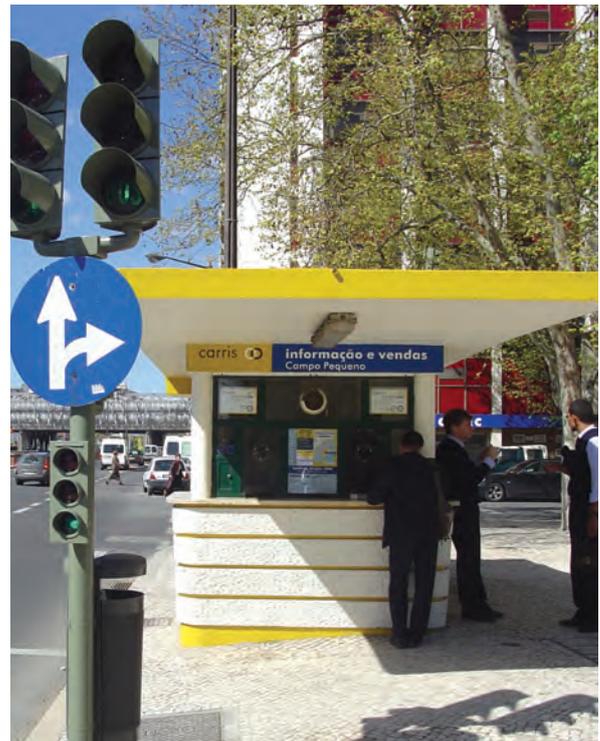
Naturezas	2005		2004		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
<b>Passes Sociais</b>	46 594	39,1	47 073	41,3	-1,0
<b>Outros Títulos</b>	23 924	20,0	25 235	22,2	-5,2
Pré-Comprados	12 442	10,4	13 294	11,7	-6,4
Bilhetes	11 482	9,6	11 941	10,5	-3,8
Total Receita Directa S.P.	70 518	59,1	72 309	63,5	-2,5
<b>Indemnização Compensatória</b>	40 462	33,9	33 089	29,0	22,3
Receita Serv. Público	110 980	93,0	105 398	92,5	5,3
<b>Trabalhos para a Própria Empresa</b>	1 188	1,0	1 259	1,1	-5,6
<b>Outras Receitas e Proveitos</b>	7 171	6,0	7 340	6,4	-2,3
<b>TOTAL</b>	<b>119 339</b>	<b>100,0</b>	<b>113 997</b>	<b>100,0</b>	<b>4,7</b>

PROVEITOS POR NATUREZAS E CUSTOS NÃO COBERTOS (em termos reais)

Milhões de Euros



Nota: Os anos 2003, 2004 e 2005 incluem 33,2; 16,7 e 13,6 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente.



## 6.4. CUSTOS CORRENTES POR NATUREZAS

A redução dos custos de funcionamento em 5,2%, foram determinantes para que mesmo com o aumento das amortizações e dos encargos financeiros fosse possível obter uma ligeira redução dos custos correntes.

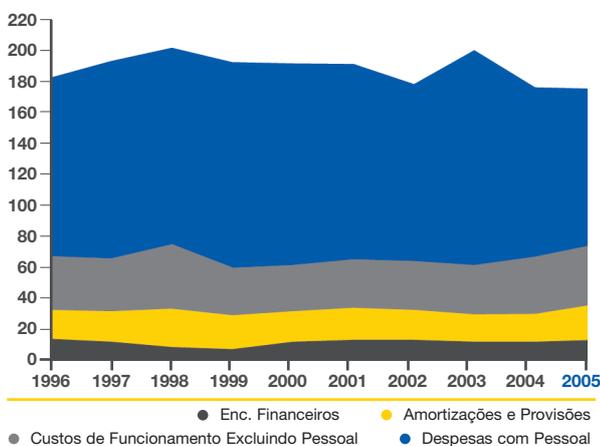
### .CUSTOS POR NATUREZAS (em termos reais)

(Milhares de Euros)

Naturezas	2005	2004	Δ %
<b>Custos de Funcionamento</b>	<b>139 568</b>	<b>147 263</b>	<b>-5,2</b>
Despesas com Pessoal	102 263	109 773	-6,8
Consumos de Material	20 008	20 029	-0,1
Fornecimentos e Serviços Externos	16 676	16 679	0,0
Despesas Diversas	621	782	-20,5
<b>Amortizações e Provisões</b>	<b>23 385</b>	<b>17 761</b>	<b>31,7</b>
Amortizações	23 353	17 427	34,0
Provisões	32	334	-90,4
<b>Encargos Financeiros</b>	<b>12 045</b>	<b>10 898</b>	<b>10,5</b>
Juros de Financiamento	10 719	9 821	9,1
Outros	1 326	1 077	23,1
<b>TOTAL</b>	<b>174 998</b>	<b>175 922</b>	<b>-0,5</b>

### .CUSTOS (em termos reais)

Milhões de Euros



Nota: Os anos 2003, 2004 e 2005 incluem 33,2; 16,7 e 13,6 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente.

No que se refere aos custos com pessoal, constata-se uma redução global de 6,8%, em termos reais. A redução dos custos com pessoal não considerando as indemnizações por rescisão, situou-se em 4,7%.

### .DESPESAS COM PESSOAL (em termos reais)

(Milhares de Euros)

	2005	2004	Δ %
Remunerações	57 507	60 707	-5,3
Encargos Patronais	13 787	14 521	-5,1
Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência)	13 432	13 743	-2,3
Indemnização Rescisão por Mútuo Acordo	13 615	16 713	-18,5
Outros Custos	3 922	4 089	-4,1
<b>TOTAL</b>	<b>102 263</b>	<b>109 773</b>	<b>-6,8</b>

O custo com o consumo de gasóleo e gás teve um acréscimo de 10,7%, como resultado do efeito conjugado do acréscimo de preço de 19,1% com a redução do consumo em 6,5%.

No que se refere à redução do consumo de peças e acessórios de autocarros, reflecte o efeito, não só do “outsourcing” de manutenção de parte da frota, mas também o facto da própria renovação da frota implicar menos necessidade de consumo de peças.

A redução dos outros consumos refere-se à redução de consumo de cartões “7Colinas” e “Lisboa Viva”, os quais em 2006 irão ter andamento inverso.

### .CONSUMOS DE MATERIAIS (em termos reais)

(Milhares de Euros)

	2005	2004	Δ %
Gasóleo e Gás	15 938	14 398	10,7
Peças e Acessórios de Autocarros	1 906	2 494	-23,6
Peças e Acessórios de Eléctricos	286	195	46,4
Outros Consumos	1 878	2 942	-36,2
<b>TOTAL</b>	<b>20 008</b>	<b>20 029</b>	<b>-0,1</b>

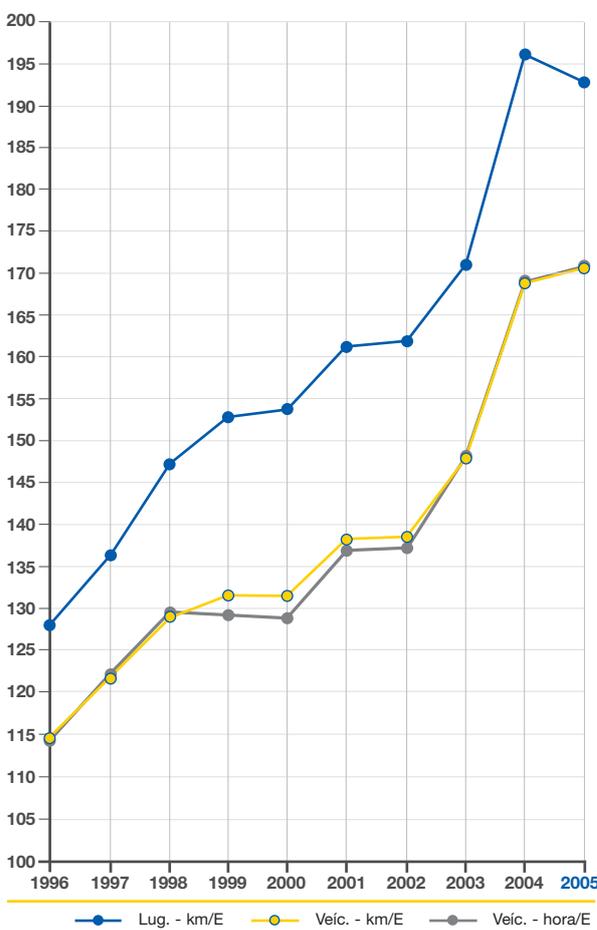
6.5. PRODUTIVIDADE

Em 2005 manteve-se o acréscimo dos índices de produtividade que têm vindo a ser utilizados, todos eles calculados tomando como base o número médio de efectivos, o qual teve uma redução de 10,5%.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Indicadores	2005	2004	Δ %
Lugares-km / Efectivo Médio (milhares)	1 258	1 279	-1,6
Veículos-hora / Efectivo Médio	1 008	997	1,1
Veículos-km / Efectivo Médio	14 254	14 115	1,0

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE (Base: 1990 = 100)



A CARRIS é uma empresa de transporte público de passageiros, que conta com mais de 133 anos de história. O seu mote e a sua razão de ser têm sido desde sempre facilitar a mobilidade e garantir um serviço de qualidade orientado para o cliente.

A CARRIS assume-se como uma empresa moderna com uma cultura organizacional baseada na produtividade, orientada para a qualidade de serviço prestado ao cliente, otimizando a utilização de recursos e mantendo a sua responsabilidade de serviço público.

A sua ambição é proporcionar um serviço eficaz, inovador e de qualidade à população da Grande Lisboa, da forma mais eficiente possível.

Grandes desafios surgiram ao longo dos mais de 100 anos de história da CARRIS e continuarão a surgir, como é o caso da legislação europeia que prevê a liberalização da concorrência dos transportes e os restantes operadores de Transporte Público. Mas para a CARRIS, estes desafios são encarados como oportunidades.

É com este espírito que, em 2005, a CARRIS lançou ou deu continuidade a projectos de grande envergadura, dos quais se destacam:

- Certificação da Qualidade,
- Renovação da frota e
- Qualificação e formação dos recursos humanos.

Alcançar a sustentabilidade económica é o grande objectivo da CARRIS, no entendimento de que esta só é alcançada através do investimento em áreas chave, nomeadamente a social e ambiental. Tal entendimento é claro na definição de Sustentabilidade adoptada pela CARRIS:

**Sustentabilidade é uma filosofia e um modelo de funcionamento integrante da missão de serviço público da empresa, sempre presente na cultura da CARRIS, que tem como objectivo atingir o equilíbrio entre as vertentes económica, ambiental e social, de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade e garantir às gerações futuras, melhores oportunidades do que as que são dadas às gerações actuais.**

A profunda reestruturação a que a CARRIS tem vindo a ser sujeita desde 2003, é reflexo deste entendimento do negó-

cio, centrado no cliente, nas suas necessidades e nas suas exigências. Com efeito, a Certificação da Qualidade foi o corolário do esforço de toda a Empresa em prestar um serviço cada vez mais adequado às exigências do mercado, que se reflecte também na aquisição de 408 novos autocarros com elevadas performances ambientais e completamente equipados e preparados para necessidades especiais dos clientes (particularmente deficientes físicos e comunidade idosa) e que estarão totalmente operacionais durante o ano de 2006, para além do reforço dos recursos humanos através do recrutamento de tripulantes altamente qualificados (12º ano completo) junto das camadas mais jovens da sociedade.

Para além disso, a CARRIS investiu fortemente na inovação, testando e implementando novas tecnologias, como é o caso do SAEIP - Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros e do SIP - Sistema de Informação ao Passageiro, que permitem a gestão da frota e informação ao cliente em tempo real e do Projecto do Corredor Bus Intermitente, que visa facilitar a circulação dos transportes públicos na cidade de Lisboa.

Por outro lado, o Museu da Carris e iniciativas como o "Projecto Carris Escolas" têm sido marcos do envolvimento da CARRIS com a comunidade, com o objectivo de reforçar a imagem da Empresa e de angariar clientes para o transporte público, promovendo assim a Sustentabilidade da Empresa, da cidade de Lisboa e do país.

A Sustentabilidade da CARRIS e o seu contributo para a Sustentabilidade do país, através do investimento nas vertentes económica, social e ambiental está descrita em detalhe no primeiro Relatório de Sustentabilidade da CARRIS, que constitui um anexo deste Relatório e Contas e que com este deve ser lido.

## 8 EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPECTIVAS PARA 2006

A CARRIS continuará, em 2006, o rumo de modernização e progresso empresarial, prosseguindo a sua reestruturação de modo a continuar a ganhar eficácia e eficiência.

Assim, **o início da implementação da nova rede, a conclusão da recepção da nova frota de autocarros e a continuação do redimensionamento e rejuvenescimento do pessoal marcarão o exercício de 2006.**

Proseguirão, também, as medidas para aumento da produtividade, redução do absentismo e diminuição das horas de trabalho suplementar.

Especial atenção merecerão os aspectos relacionados com a organização e o funcionamento da Empresa, considerando que o facto de esta estar certificada obriga a auditorias periódicas, tendo em vista assegurar que são cumpridos os requisitos exigidos.

**A certificação de carreiras terá início em 2006** obrigando, por isso, a uma reforçada atenção à qualidade do serviço prestado.

É, pois, grande a exigência que sobre a Empresa estará colocada. Responder de forma adequada é o desafio que se lhe coloca. Trabalho e competência o que se lhe impõe.

A CARRIS está, sem dúvida, bem ciente de que o caminho que vem percorrendo, terá de prosseguir, porque só desta forma será capaz de **criar as condições que lhe permitirão, no futuro, ser uma empresa fundamental, um agente activo de um novo modelo de mobilidade em que o transporte público seja o centro**, assumindo-se indispensável na construção de uma cidade competitiva e moderna que Lisboa, seguramente, quer ser.

A CARRIS quer participar neste processo.

## 9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de € 54.481.491,86 sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

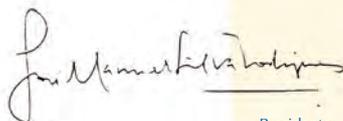
O Relatório e Contas que se apresentam procuram reflectir com a máxima clareza possível o que foi o exercício de 2005, apontando para 2006 perspectivas que permitirão à CARRIS continuar a consolidar a evolução positiva que globalmente vem evidenciando.

É de sublinhar a boa cooperação e lealdade que sempre norteou o relacionamento entre os diferentes Órgãos Sociais e, de modo especial, entre o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas.

Uma palavra final para agradecer aos Directores e demais Trabalhadores da CARRIS todo o trabalho, dedicação e empenho que sempre colocaram no exercício das suas funções e atribuições e sem os quais nada teria sido feito.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2006

### O Conselho de Administração



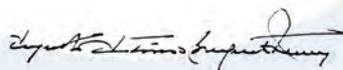
Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais



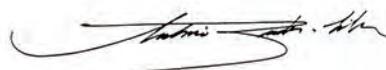
Eng. Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma



Eng. Augusto António Brinquete Proença



Eng. José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira



Dr. António de Carvalho Santos e Silva





## Contas do Exercício



## BALANÇO Em 31 de Dezembro de 2005

Unidade: Euro

Código das Contas POC	ACTIVO	Exercício 2005			Exercício 2004
		Activo Bruto	Amortizações Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
431	Despesas de Instalação	1 906 500,00	1 753 166,67	153 333 ,33	788 833,32
		1 906 500,00	1 753 166,67	153 333 ,33	788 833,32
	<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
421	Terrenos e Recursos Naturais	39 607 251,96	—	39 607 251,96	38 910 497,73
422	Edifícios e Outras Construções	105 334 045,92	82 791 823,86	22 542 222,06	22 724 132,69
423	Equipamento Básico	222 147 623,71	149 059 129,90	73 088 493,81	56 515 420,80
424	Equipamento de Transporte	2 257 760,68	2 201 385,51	56 375,17	92 347,48
425	Ferramentas e Utensílios	10 104 419,44	4 919 558,93	5 184 860,51	4 065 541,15
426	Equipamento Administrativo	12 936 334,37	10 432 639,62	2 503 694,75	1 369 907,34
429	Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	—	36 436,38	36 436,38
441/6	Imobilizações em Curso	4 887 720,30	—	4 887 720,30	6 448 795,60
		397 311 592,76	249 404 537,82	147 907 054,94	130 163 079,17
	<b>Investimentos Financeiros:</b>				
4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	1 556 688,11	—	1 556 688,11	1 313 050,97
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	122 936,43	—	122 936,43	148 356,55
4113+414+415	Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1 855 190,48	500,00	1 854 690,48	1 854 690,48
4123+4134	Outros Empréstimos Concedidos	1 129 721,59	489 911,50	639 810,09	632 946,30
		4 664 536,61	490 411,50	4 174 125,11	3 949 044,30
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	4 916 320,10	9 182,51	4 907 137,59	4 374 388,59
35	Produtos e Trabalhos em Curso	203 761,77	—	203 761,77	198 211,51
32	Mercadorias	111 973,47	—	111 973,47	66 380,68
37	Adiantamentos p/ Conta de Compras	27 175,04	—	27 175,04	226 130,74
		5 259 230,38	9 182,51	5 250 047,87	4 865 111,52
	<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>				
211	Clientes, C/C	2 622 946,64	—	2 622 946,64	2 445 505,51
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	1 548,35	1 061,79	486,56	346,87
229	Adiantamentos a Fornecedores	237 426,15	—	237 426,15	9 535,02
24	Estado e Outros Entes Públicos	20 634 813,82	—	20 634 813,82	11 885 336,81
262+266+267 +268+221	Outros Devedores	15 576 793,20	1 986 628,54	13 590 164,66	10 298 797,26
		39 073 528,16	1 987 690,33	37 085 837,83	24 639 521,47
	<b>Depósitos Bancários e Caixa:</b>				
12+13+14	Depósitos Bancários	1 108 253,64	—	1 108 253,64	18 977 722,57
11	Caixa	19 755,13	—	19 755,13	17 755,03
		1 128 008,77	—	1 128 008,77	18 995 477,60
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>				
271	Acréscimos de Proveitos	175 368,30	—	175 368,30	35 599,35
272	Custos Diferidos	673 343,70	—	673 343,70	849 188,19
		848 712,00	—	848 712,00	884 787,54
	<b>Total de Amortizações</b>	—	<b>251 157 704,49</b>	—	—
	<b>Total de Ajustamentos</b>	—	<b>2 487 284,34</b>	—	—
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>450 192 108,68</b>	<b>253 644 988,83</b>	<b>196 547 119,85</b>	<b>184 285 854,92</b>



### O Conselho de Administração

Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues  
 Vogais: Eng. Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma  
 Eng. Augusto António Brinquete Proença  
 Eng. José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira  
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva

Unidade: Euro

Código das Contas POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
		2005	2004
	<b>Capital Próprio</b>		
51	Capital	163 532 270,02	163 532 270,02
55	Ajustamentos de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	1 199 648,16	473 542,11
56	Reservas de Reavaliação		
	Diplomas Legais	3 990 383,17	3 990 383,17
	Outras	36 670 989,21	35 849 551,26
55	Resultados Transitados	-485 031 440,71	-424 050 545,47
	Sub Total	-279 638 150,15	-220 204 798,91
59	<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-54 481 491,86</b>	<b>-60 280 205,59</b>
	<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-334 119 642,01</b>	<b>-280 485 004,50</b>
	<b>Passivo</b>		
	<b>Provisões:</b>		
291	Provisões para Pensões	1 169 615,00	1 254 392,00
292	Provisões para Impostos	203 285,00	202 565,00
293/8	Outras Provisões	2 442 461,47	3 651 072,27
		3 815 361,47	5 108 029,27
	<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:</b>		
	Empréstimos por Obrigações:		
2322	Não Convertíveis	100 000 000,00	100 000 000,00
231	Dívidas a Instituições de Crédito	74 846 512,94	57 752 498,27
252	Empresas do Grupo	215 000 000,00	215 000 000,00
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	1 287 127,84	4 136 335,64
		391 133 640,78	376 888 833,91
	<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:</b>		
	Empréstimos por Obrigações:		
2322	Não Convertíveis	—	9 975 957,93
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	82 019 221,66	16 599 557,96
221	Fornecedores, C/C	7 177 345,97	5 990 455,14
228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	825 764,87	1 107 058,32
252	Empresas do Grupo	109 617,63	—
253+254	Empresas Participadas e Participantes	6 053,89	6 053,89
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	15 541 389,59	12 884 874,06
24	Estados e Outros Entes Públicos	2 225 583,57	2 397 502,85
262+263+264 +265+267+268 +211	Outros Credores	363 312,50	5 518 399,15
		108 268 289,68	54 479 859,30
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de Custos	12 272 911,94	12 563 318,01
274	Proveitos Diferidos	4 454 374,53	5 085 908,32
2762	Passivos por Impostos Diferidos	10 722 183,46	10 644 910,61
		27 449 469,93	28 294 136,94
	<b>Total do Passivo</b>	<b>530 666 761,86</b>	<b>464 770 859,42</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>196 547 119,85</b>	<b>184 285 854,92</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Exercício de 2005

Unidade: Euro

Código das Contas POC		Exercícios	
		2005	2004
<b>A</b>	<b>Custos e Perdas</b>		
61	Custos das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas:		
	Mercadorias	9 174,81	8 376,67
	Matérias	19 999 095,17	20 008 269,98
62	Fornecimentos e Serviços Externos	16 676 462,28	16 303 564,17
	Custos com o Pessoal:		
641+642	Remunerações	57 506 854,34	59 342 511,11
	Encargos Sociais:		
643+644	Pensões	13 432 177,49	13 433 810,82
645/8	Outros	31 323 509,54	34 528 857,62
662+663	Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	23 352 776,79	17 035 106,26
666+667	Ajustamentos	6 369,07	23 359 145,86
63	Impostos	439 658,16	453 568,05
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	181 737,00	310 414,47
67	Provisões	25 570,06	646 965,22
	(A)	162 953 384,71	154 314,47
683	Amortizações e Ajustamentos de Aplicações e Investimentos Financeiros	—	918 296,99
+684	Juros e Custos Similares:		
	Relativos a Empresas do Grupo	4 870 078,48	2 435 369,59
	Outros	7 174 821,33	12 044 899,81
	(C)	12 044 899,81	8 218 114,31
69	Custos e Perdas Extraordinários	1 892 688,39	171 967 245,86
	(E)	176 890 972,91	849 720,01
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	32 119,37	172 816 965,87
	(G)	176 923 092,28	33 691,42
88	Resultado Líquido do Exercício	-54 481 491,86	172 850 657,29
		<b>122 441 600,42</b>	<b>-60 280 205,59</b>
			<b>112 570 451,70</b>

Unidade: Euro

Código das Contas POC		Exercícios			
		2005		2004	
<b>B</b>	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas:				
	Mercadorias	12 367,93		11 241,97	
	Produtos	—		—	
72	Prestações de Serviços	74 369 021,80	74 381 389,73	73 992 315,41	74 003 557,38
(3)	Variação da Produção		5 550,26		-2 047,24
75	Trabalhos para a Própria Empresa		1 118 036,62		1 231 406,38
73	Proveitos Suplementares	1 226 245,87		1 958 139,09	
74	Subsídios à Exploração	41 519 995,01		32 859 555,39	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	291 541,48		368 876,02	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos	33 274,94	43 071 057,30	148 325,23	35 334 895,73
	(B)		118 646 033,91		110 567 812,25
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	248 592,02		756 481,05	
784	Rendimentos de Participações de Capital	—		—	
	Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras:				
	Relativos a Empresas do Grupo	—		—	
	Outros	164 222,03		170 740,65	
	Outros Juros e Proveitos Similares:				
	Relativos a Empresas do Grupo	—		—	
	Outros	279 553,20	692 367,25	92 926,59	1 020 148,29
	(D)		119 338 401,16		111 587 960,54
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		3 103 199,26		982 491,16
	(F)		<b>122 441 600,42</b>		<b>112 570 451,70</b>

**Resumo:**

Resultados Operacionais	(B) - (A) =	-44 307 350,80	-50 745 949,71
Resultados Financeiros	[(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	-11 352 532,56	-9 633 335,61
Resultados Correntes	(D) - (C) =	-55 659 883,36	-60 379 285,32
Resultados antes de Impostos	(F) - (E) =	-54 449 372,49	-60 246 514,17
Resultado Líquido do Exercício	(F) - (G) =	-54 481 491,86	-60 280 205,59

**O Conselho de Administração**

Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues  
 Vogais: Eng. Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma  
 Eng. Augusto António Brinquête Proença  
 Eng. José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira  
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva

**O Técnico Oficial de Contas**

Dr. José Carlos Boa-Alma

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício 2005 -(Método Directo)

Unidade: Euro

	Exercícios	
	2005	2004
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Terceiros	82.972.482,90	98.164.143,01
Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	41.519.995,01	34.476.795,61
Pagamentos a Fornecedores	-77.317.147,51	-73.020.820,42
Pagamentos ao Pessoal	-66.714.557,43	-70.198.269,58
Pagamentos ao Estado	-28.083.665,67	-29.740.028,65
Fluxos Gerados pelas Operações	-47.622.892,70	-40.318.180,03
Pagamento (-) / Recebimento do IRC	-35 150,56	-28.634,06
Fluxos Gerados Antes das Rubricas Extraordinárias	-47.658.043,26	-40.346.814,09
Receb. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	96.323,71	94.284,46
Pagam. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	-1.558.891,89	-5.329,40
<i>Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa</i>	1.188.036,62	1.231.406,38
<b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>-47.932.574,82</b>	<b>-39.026.452,65</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Corpóreas	3.990,38	0,00
Imobilizações Financeiras	30.375,00	209.444,18
Subsídios ao Investimento	1.916.181,08	237.849,00
Juros	75.667,63	145.046,13
Pagamentos respeitantes a:		
Fornecedores de Imobilizado	-32.023.275,18	-23.279.024,00
Investimentos Financeiros	0,00	-18.000,00
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	0,00	0,00
<i>Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa</i>	-1.188.036,62	-1.231.406,38
<b>Fluxos das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>-31.185.097,71</b>	<b>-23.936.091,07</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo	40.329.193,61	242.475.771,89
Utilização de Empréstimos a Curto Prazo	138.535.936,91	121.779.500,03
Livranças	0,00	0,00
Empréstimos Obrigacionistas	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00
Receitas Financeiras	141.701,77	87.558,26
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo	-16.599.557,96	-9.975.957,96
Amortização de Empréstimos a Curto Prazo	-84.717.978,97	-235.471.315,39
Amortização de Livranças	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Obrigacionistas	-9.975.957,93	-7.481.968,47
Encargos Financeiros	-11.429.218,51	-10.406.944,03
<b>Fluxos das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>56.284.118,92</b>	<b>101.006.644,33</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>-22.833.553,61</b>	<b>38.044.100,61</b>
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	18.995.477,60	-19.048.623,01
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	-3.838.076,01	18.995.477,60

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício 2005

1. Nada a referir

2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: Euro

RUBRICAS	31/12/2005	31/12/2004
Numerário	19.755,13	17.755,03
Depósitos Bancários, Imediatamente Mobilizáveis	1.108.253,64	18.977.722,57
Equivalentes de Caixa:		
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Overdrafts	-4.966.084,78	0,00
Hot Money	0,00	0,00
<i>Caixa e seus Equivalentes</i>	<i>-3.838.076,01</i>	<i>18.995.477,60</i>
Outras Disponibilidades	0,00	0,00
<b>Disponibilidades Constantes do Balanço</b>	<b>1.128.008,77</b>	<b>18.995.477,60</b>

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de € 85.393.830,52.

4. Nada a referir

5. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, nas rubricas das Actividades Operacionais e de Investimento consta uma parcela referente a “Trabalhos para a Própria Empresa”, que embora correndo pelos fluxos Operacionais, respeitam na verdade as actividades de investimento.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES Exercício 2005

Unidade: Euro

	2005	2004
Vendas e Prestações de Serviços (1)	115.889.016,81	106.851.870,80
Custos das Vendas e das Prestações de Serviços	-108.886.984,39	-105.999.572,84
<b>Resultados Brutos</b>	<b>7.002.032,42</b>	<b>852.297,96</b>
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1.563.430,22	2.486.582,31
Custos de Distribuição	-5.165.006,47	-7.242.160,16
Custos Administrativos	-15.891.558,51	-14.796.499,32
Outros Custos e Perdas Operacionais	-31.816.248,46	-32.046.170,50
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-44.307.350,80</b>	<b>-50.745.949,71</b>
Custos Líquidos de Financiamento	-11.763.156,20	-10.566.328,23
Ganhos (perdas) em Filiais e Associadas	248.592,02	756.481,05
Ganhos (perdas) em Outros Investimentos	162.031,62	176.511,57
Ganhos (perdas) não Usuais	1.210.510,87	132.771,15
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-54.449.372,49</b>	<b>-60.246.514,17</b>
Impostos sobre os Resultados Correntes	-32.119,37	-33.691,42
Resultados Correntes Após Impostos	-54.481.491,86	-60.280.205,59
Resultados Extraordinários		
Impostos sobre Resultados Extraordinários		
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-54.481.491,86</b>	<b>-60.280.205,59</b>
Resultados por Acção	-1,662	-1,839

(1) 2005 Inclui: 41 519 995,01 Subsídios à Exploração, sendo  
41 404 502,93 afectos à Exploração de Serviços Público de Transportes e  
115 492,08 de Subsídios para a Formação Pessoal afecto a essa Exploração

2004 Inclui: 32 859 555,39 Subsídios à Exploração, sendo  
32 783 144,07 afectos à Exploração de Serviços Público de Transportes e  
76 411,32 de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em Setembro de 1872 no Rio de Janeiro e tem por actividade principal a exploração de transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 reflectem apenas as contas individuais da empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. A CARRIS não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho, por considerar que:

(i) os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004 se encontram indirectamente reflectidos na sua totalidade nas demonstrações financeiras individuais da CARRIS em 31 de Dezembro de 2005, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a CARRIS, encontrando-se aquele montante, bem como os juros a ele relativos registados nas suas demonstrações individuais em 31 de Dezembro de 2005;

(ii) os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também seriam materialmente irrelevantes para o objectivo referido no n.º 13.2.2 das normas de consolidação de contas.

A numeração das notas obedece à sequência definida no POC e aquelas que não constam neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

**1.** Com efeito e a partir de 31 de Dezembro de 2004, a convenção do custo histórico foi derogada na valorização das immobilizações corpóreas, por via da reavaliação para valores de mercado dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhantes, utilizando para o efeito avaliações reportadas a Setembro de 2004 e Dezembro de 2005, efectuadas por uma entidade especializada e independente. O custo de aquisição

dos supra-mencionados terrenos e edifícios havia já sido reavaliado ao abrigo de diploma legal, com base em coeficientes de inflação, no exercício de 1997.

Outros edifícios, por estarem implantados em propriedade alheia ou porque a sua utilização em termos de actividades alternativas seria apenas parcial, não foram sujeitos a reavaliação livre.

Em 31 de Dezembro de 2004, por efeito do registo da reavaliação livre acima indicada, o imobilizado corpóreo, os passivos por impostos diferidos e as reservas de reavaliação foram aumentadas nos montantes de € 46.223.016, € 10.373.465, e € 35.849.551, respectivamente, não tendo as amortizações do exercício findo naquela data sido afectadas por aquela reavaliação.

Em 31 de Dezembro de 2005, por efeito da actualização daquela reavaliação livre, o imobilizado corpóreo, os passivos por impostos diferidos e as reservas de reavaliação foram aumentadas nos montantes de € 924.127, € 102.689 e € 821.438, respectivamente, tendo as amortizações do exercício findo naquela data sido aumentadas em € 3.013.076 em resultado da amortização do montante da reavaliação livre registada em 31 de Dezembro de 2004.

O montante dos terrenos e edifícios, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa, que não foram sujeitos à reavaliação livre em 31 de Dezembro de 2005, ascendem a € 429.153 e € 1.278.322, respectivamente.

**2.** As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras relativas a 2004, para efeitos de comparação, estão reexpressas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei n.º 35/2005 de 17 de Fevereiro.

**3.** Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados, relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados:

- As demonstrações financeiras reflectem os registos contabilísticos da Empresa efectuados no pressuposto da continuidade das operações, da especialização do exercício, e

em obediência aos demais princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto o constante na nota 31 (Directriz Contabilística n.º 19).

- As demonstrações financeiras da CARRIS foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que se refere aos terrenos e edifícios reavaliados que se encontram, assim, registados ao seu justo valor (valor de mercado).

- Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, com excepção da participação financeira de 100% na Aurora Finance BV, a qual se encontra registada ao custo de aquisição, por ser entendimento da Administração da CARRIS que os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta empresa do grupo, não seriam materialmente relevantes.

- De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou “ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Adicionalmente, os dividendos recebidos dessas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

- Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica “Ajustamentos de investimentos financeiros”.

- A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efei-

tos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

- Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

- Os ajustamentos de activos considerados como sendo créditos de cobrança duvidosa estão constituídos em conformidade com o Artigo 34.º do código do IRC, com excepção de um ajustamento, efectuado em anos anteriores e reforçado no presente exercício para fazer face a dívidas antigas da Câmara Municipal de Lisboa, no valor de € 1.872.370,00.

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, existindo um ajustamento de € 9.182,51 que corresponde ao saldo da conta dos materiais considerados obsoletos.

Como método de custeio das saídas usa-se o custo médio ponderado.

Para o activo imobilizado corpóreo, quer esteja valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (custo histórico), quer esteja reavaliado livremente ou de acordo com as disposições legais (nota 12), utiliza-se como método de cálculo das amortizações o das quotas constantes, sendo a vida útil dos bens como seguidamente se indica:

Descrição	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros	8 - 12
Via Férrea	16
Carros Eléctricos	16
Carros Eléctricos Articulados	30
Rotáveis de Autocarros	8 - 12
Rotáveis de Eléctricos	16
Outros	3 - 20
Equipamento de Transporte	4 - 6
Ferramentas e Utensílios	1 - 14
Equipamento Administrativo	1 - 8

- Os bens do activo imobilizado adquiridos em regime de locação financeira estão contabilizados em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 25, e como tal registados no Activo Imobilizado Corpóreo.

- O Activo Imobilizado Incorpóreo está registado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

- Os custos com a conservação plurienal e grandes reparações em edifícios, autocarros e eléctricos e com as grandes reparações de órgãos rotáveis de autocarros são capitalizados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, num período de dez anos para as grandes reparações em edifícios e de quatro anos para as restantes.

- Os restantes custos de manutenção e reparação são considerados custos no exercício em que são incorridos.

- As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

- Em 2005 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo, ascenderam a € 40.461.521,90 (€ 32.344.803,78 em 2004).

- Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações, são registados como proventos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

6. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

Nos termos do Artigo 81.º do Código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2005, existiam os seguintes prejuízos fiscais.

(Unidade: Milhar de Euro)

Anos	Prejuízo Fiscal Declarado	Ano Limite para Dedução
1999	67.976	2005
2000	73.942	2006
2001	79.301	2007
2002	69.195	2008
2003	68.808	2009
2004	59.226	2010

Tendo em conta o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e dos passivos, não se procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, no montante de cerca de € 115.000 milhares de euros, por se entender que as operações futuras não irão gerar matéria colectável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, os passivos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2005 e respeitantes às reservas de reavaliação livres e legais sobre bens amortizáveis foram calculados e registados atendendo ao seu valor líquido contabilístico posteriormente ao exercício de 2011.

No que respeita às reavaliações livres efectuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal actualizada por coeficientes de actualização monetária dos terrenos reportada a 31 de Dezembro de 2005.

O montante do passivo por impostos diferidos registado no período foi de € 77.272,85, assim calculado:

	Base Tributável	Passivo por Imposto Diferidos
Reavaliação efectuadas ao abrigo de Diplomas Legais:		
<b>2004</b>		
Edifícios	2.009.899,85	
Outro Imobilizado	457.787,81	
	2.467.687,66	271.445,64
<b>2005</b>		
Edifícios	1.839.243,99	
Outro Imobilizado	397.385,45	
	2.236.629,44	246.029,24
	<b>Diferença</b>	<b>-25.416,40</b>
Reavaliação Livre:		
<b>2004</b>		
Terrenos	34.328.309,96	
Edifícios	3.393.380,84	
	37.721.690,80	10.373.464,97
<b>2005</b>		
Terrenos	34.694.935,51	
Edifícios	3.400.170,73	
	38.095.106,24	10.476.154,22
	<b>Diferença</b>	<b>102.689,25</b>

7. O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.698 empregados com contratos sem prazo ou de 2.866 considerando-se também os contratados a prazo. (Em 2004 eram, respectivamente, 2.990 e 3.016).

Adicionalmente informa-se que o número de efectivos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 eram respectivamente de 2.787 e 2.859.

8. A conta 431 - "Despesas de instalação" contempla os seguintes registos:

Ano	Descrição	Valor
2003	Proj. Reestrut. Carris Transp. Público Lisboa	1.327.000,00
2003	Estudo Metro Ligeiro de Superfície	119.500,00
2004	Processo de Reestruturação da CCFL	460.000,00
		1.906.500,00

10. Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, constam dos mapas das páginas 54 e 55.

12. As reavaliações do imobilizado corpóreo foram efectuadas ao abrigo dos D.L. 430 / 78 de 27 de Abril, D.L. 219 / 82 de 2 de Junho, D.L. 399 - G / 84 de 28 de Dezembro, D. L. 118 - B / 86 de 27 de Maio, D.L. 111 / 88 de 2 de Abril, D.L. 49 / 91 de 25 de Janeiro, D.L. 264 / 92 de 24 de Novembro e D.L. 31 / 98 de 11 de Fevereiro.

Com efeitos a 31 de Dezembro de 2004, a Empresa procedeu à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhante, para o seu valor de mercado, determinado por avaliações efectuadas pela Luso-Roux, S.A. As amortizações do exercício de 2004 não foram afectadas por esta reavaliação, mas as do exercício de 2005 foram aumentadas no montante de € 3.013.076 em resultado da amortização do montante da reavaliação livre reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa obteve a actualização daquela avaliação, reportada àquela data e efectuada pela mesma entidade, tendo para o efeito registado um aumento nos saldos das rubricas de imobilizações corpóreas, passivos por impostos diferidos e reservas de reavaliação nos montantes de € 924.127, € 102.689 e € 821.438, respectivamente.

13. As reavaliações efectuadas estão discriminadas no mapa da página 55.

Como resultado das reavaliações legais efectuadas as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram aumentadas em € 2.264.070,65. Deste montante, € 905.628,26 não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, e

como resultado das reavaliações livres reportadas a 31 de Dezembro de 2004, as amortizações do exercício de 2005 foram aumentadas em € 3.013.075,61, não sendo as mesmas aceites na sua totalidade para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC.

**14.** Com relação às imobilizações corpóreas em curso:

**a)** • Todo o imobilizado esteve afecto à actividade de transportes;

- O equipamento administrativo e tipográfico em poder de terceiros tem o valor de € 200.071,44 e os edifícios e outras construções implantados em propriedade alheia têm o valor de € 870.668,01.

**b)** • Desde 1994 que não são capitalizados quaisquer custos financeiros.

**15.** Foi utilizado, durante o exercício, em regime de locação financeira, equipamento básico - 149 autocarros - com o valor contabilístico total de € 23.820.384,56.

- O montante das respectivas amortizações acumuladas à data de 31/12/2005 era de € 15.331.396,47.

- No exercício foram pagas rendas no montante de € 4.793.156,45 sendo € 192.378,66 de juros e € 4.600.777,79 de amortizações de capital.

- Em 31 de Dezembro de 2005, a CARRIS mantinha responsabilidades relativas a rendas vincendas destes contratos de locação financeira no montante de € 4.253.723,18, conforme segue:

(Unidade: Euro)

Anos	Amort. Capital	Juros	Rendas
2006	2.848.722,15	95.132,47	2.943.854,62
2007	1.287.127,85	22.740,71	1.309.868,56
<b>TOTAL</b>	<b>4.135.850,00</b>	<b>117.873,18</b>	<b>4.253.723,18</b>

**16.** As empresas do grupo e associadas são:

• **Grupo:**

**CARRISTUR** - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na Rua 1º de Maio, 103-1300 Lisboa, sendo a fracção do capital de 100% no valor de € 1.538.688,11.

As contas desta empresa, no exercício de 2005, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	4.065.061,35
Total do Capital Próprio	1.538.688,11
Total dos Proveitos	6.459.500,96
Resultados Líquidos	429.756,44

**AURORA FINANCE B. V.**, com sede em Rokin 55, 1012KK Amsterdão, com o capital social de € 18.000,00 detido totalmente pela CARRIS, cuja participação está registada pelo custo de aquisição.

As contas desta empresa, no exercício de 2005, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	215.762.044,00
Total do Capital Próprio	87.107,00
Total dos Proveitos	4.978.259,00
Resultados Líquidos	114.141,00

Esta empresa constitui um *special purpose vehicle* (SPV) e foi criada com o propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado internacional.

• **Associadas:**

**PUBLICARRIS** - Publicidade na Companhia Carris de Ferro

de Lisboa, SA com sede na Rua Mário Castelhana n.º 40 - Queluz de Baixo, 2749-502 Barcarena, sendo a fracção do capital de 45% no valor de € 122.936,43.

As contas desta sociedade, no exercício de 2005, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	1.139.009,57
Total do Capital Próprio	273.192,08
Total dos Proveitos	1.929.911,55
Resultados Líquidos	6.094,40

As participações financeiras na Carristur e na Publicarris encontram-se registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Deve referir-se, contudo, que as contas destas empresas ainda não se encontram aprovadas em assembleia geral, não sendo contudo expectável alterações significativas nas respectivas demonstrações financeiras. Por outro lado, a participação na Aurora Finance BV encontra-se registada ao custo de aquisição, atendendo a que a Administração da CARRIS considera que os efeitos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta participação financeira não seriam materialmente relevantes.

**21.** Os movimentos de ajustamento ocorridos nas rubricas do activo circulante encontram-se expressas no mapa da página 56.

**22.** De artigos do Museu da CARRIS, encontram-se fora do mesmo, à consignação, existências no montante global de € 1.720,27.

**23.** O valor global dos créditos de cobrança duvidosa discrimina-se como segue:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Clientes de Cobrança Duvidosa	1.548,35
Devedores e Credores Diversos	2.202.119,53
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	117.292,57

**25.** Os valores globais das dívidas respeitantes ao pessoal, activas e passivas são as seguintes:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Activas	22.203,40
Passivas	69.805,16

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos encargos a liquidar com férias e subsídio de férias que se vencem em 1 de Janeiro de 2006, no montante de € 8.104.509,00.

**28.** Não existem pagamentos em mora ao Estado e outros entes públicos.

**29.** As dívidas a terceiros que se vencem a mais de 5 anos, constam das seguintes rubricas do Balanço:

• Empréstimos por Obrigações	€ 25.000.000,00
• Dívidas a Instituições de Crédito	€ 46.666.666,68
• Dívidas a Empresas do Grupo	€ 189.200.000,00

**31.** Responsabilidade da Empresa por complementos de pensões de reforma e sobrevivência emergentes do Acordo de Empresa - reservas matemáticas correspondentes, conforme estudo actuarial realizado por entidade independente:

(Unidade: Milhar de Euro)

	2005	2004
Reformados e Sobreviventes	142.225	145.425
Trabalhadores no Activo	33.889	36.118
	176.114	181.543

O decréscimo de cerca de 3% do total das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2005 face a 2004 deve-se, por um lado à redução do número de trabalhadores no decurso do ano de 2005 por via das rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, sem direitos adquiridos ao nível de complementos de pensões de reforma e, por outro, ao envelhecimento natural e diminuição da população reformada.

Pressupostos actuariais e financeiros considerados:

• Data de referência	31/12/05
• Idade normal de reforma	65 anos
• Pensões de reforma	Pagas 14 vezes no ano
• Tábua de mortalidade	TV88/90
• Tábua de invalidez	EVK80
• Taxa de desconto	5%
• Taxa de crescimento dos salários	3%
• Taxa de crescimento dos salários da SS	3%
• Taxa de inflação	2%
• Taxa de crescimento das pensões	0%
• Percentagem de casados	80%
• Diferença etária para o cônjuge	3 anos (homem mais velho)

Durante o exercício de 2005 a CARRIS pagou € 13.416.099,72 relativos a complementos de pensões (€ 13.416.572,35 em 2004).

**32.** Em 31.12.2005, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 4.140.171,18 conforme segue:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Garantias a favor da D. G. Impostos	2.718.515,88
Garantias a favor dos Tribunais	64.318,89
Garantias a favor de Outras Entidades	1.192.733,10
Garantia solicitada pela Fernave (empresa participada) para garantia de empréstimo bancário	164.603,31
	4.140.171,18

Existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 69.019.812,27

**34.** O desdobramento da conta de provisões e a explicação dos movimentos ocorridos no exercício, constam do mapa da página 56.

**36.** O Capital da Empresa está dividido em 32.771.998 acções ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de € 4,99.

**37.** O Estado Português é detentor de 100% do Capital Social da Empresa.

**39.** Variação na conta de Reservas de Reavaliação:

Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
39.839.934,43	924.127,20	102.689,25	40.661.372,38

O aumento refere-se ao resultado da reavaliação livre de terrenos e edifícios e a diminuição corresponde ao montante do passivo por impostos diferidos da mesma reavaliação.



**40.** Variação nas contas do Capital Próprio:

Rubricas	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Capital	163.532.270,02			163.532.270,02
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	473.542,11		726.106,05	1.199.648,16
Reservas de Reavaliação	39.839.934,43	102.689,25	924.127,20	40.661.372,38
Resultados Transitados	-424.050.545,47	61.006.311,64	25.416,40	-485.031.440,71
Resultados Líquidos	-60.280.205,59	54.481.491,86	60.280.205,59	-54.481.491,86
<b>TOTAL</b>	<b>-280.485.004,50</b>	<b>115.590.492,75</b>	<b>61.955.855,24</b>	<b>-334.119.642,01</b>

O registo a crédito de € 726.106,05 na rubrica de Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas refere-se ao resultados não atribuídos pelas empresas participadas cuja valorização dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

A rubrica de resultados transitados regista a débito, para além dos resultados líquidos do ano transacto, o montante de € 726.106,05 referido no parágrafo anterior e a crédito o montante de € 25.416,40 referente ao decréscimo da rubrica do passivo por impostos diferidos relacionado com a reavaliação efectuada ao abrigo de diplomas legais.

**41.** A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa da página 57.

**42.** A demonstração da variação da produção consta do mapa da página 57.

A demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços consta do mapa da página 57.

**43.** As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa relacionadas com o exercício das respectivas funções foram:

(Unidade: Euro)

Remunerações do Conselho de Administração	373.003,95
Senhas de presença da Mesa da Assembleia Geral	632,27
<b>TOTAL</b>	<b>373.636,22</b>



44. A repartição do valor líquido das prestações de serviços, somente no mercado interno, é a seguinte:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Serviço Público	70.517.641,61
Alugueres	1.311.702,16
Aluguer de Espaços para Publicidade	800.000,00
Outras	1.739.678,03
<b>TOTAL</b>	<b>74.369.021,80</b>

45. A demonstração dos resultados financeiros consta do mapa da página 58.

46. A demonstração dos resultados extraordinários consta do mapa da página 58.

47. Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. n.º151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício, as seguintes:

(Unidade: Euro)

Descrição	Valor
Custo das Matérias Consumidas	2.763,66
Fornecimentos e Serviços Externos	84,40
Custos com Pessoal	563.132,43
Outros Custos (Fotocópias)	22,17
Amortizações do Imobilizado Corpóreo	31,30
<b>TOTAL</b>	<b>566.033,96</b>

Houve, em média, 10 trabalhadores afectos, a tempo inteiro, a estas estruturas.



#### 48. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) • Em 31 de Dezembro de 2005, a composição dos empréstimos era a seguinte:

O efeito deste contrato nas contas de 2005, traduziu-se num registo de € 139.750,00 numa rubrica de proveitos financeiros.

O empréstimo obrigacionista de 2003, no montante de

(Unidade: Euro)

Empréstimos	Curto Prazo	Médio Prazo (1 a 5 anos)	Longo Prazo (> 5 anos)
<b>Empréstimos por Obrigações</b>			
<b>Não Convertíveis</b>			
Emissão de 2003		75.000.000,00	25.000.000,00
	—	75.000.000,00	25.000.000,00
<b>Empréstimos Bancários</b>			
Empréstimos Internos	82.019.221,66	14.846.512,94	
Empréstimos Externos	—	13.333.333,32	46.666.666,69
	82.019.221,66	28.179.846,26	46.666.666,69
<b>Empréstimos Empresas do Grupo</b>	—	25.800.000,00	189.200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>82.019.221,66</b>	<b>128.979.846,26</b>	<b>260.866.666,69</b>

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, SV, sediada em Amesterdão, que constitui um *special purpose vehicle* (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo será reembolsado em 25 prestações semestrais de € 8.600.000 com início em 17 de Maio de 2010.

Foi contratado com o BPN em Outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro no montante de € 215.000.000,00, cabendo à empresa efectuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

• 1,90% -	de 17-11-2005 até 19-02-2007
• 2,55% -	de 19-02-2007 até 17-02-2009
• 3,60% -	de 17-02-2009 até 17-02-2010
• 4,20% -	de 17-02-2010 até 17-02-2011
• 4,50% -	de 17-02-2011 até 17-02-2012
• 4,75% -	de 17-02-2012 até 18-02-2013
• 5,00% -	de 18-02-2013 até 17-05-2016

Por sua vez, a entidade bancária pagará à Empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um spread de 7 bp na taxa flutuante.

€ 100.000.000,00, igualmente tomado na íntegra pelo Depfa, SA - ACS Bank, também tem garantia do Estado português e é reembolsado em 4 semestralidades de € 25.000.000 a partir de 28 de Julho de 2009.

Também tem garantia do Estado Português o empréstimo do BEI de € 60.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Março de 2009 e a última em 15 de Setembro de 2017.

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos, referente a empréstimos, € 2.264.717,87 de encargos financeiros, cujo pagamento apenas é devido em 2006.

Em 31 de Dezembro de 2005 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 2,130% e 3,335%. Os empréstimos por obrigações venciam juros à taxa de 2,213%.

Conforme referido na nota 32, a CARRIS tem responsabilidades por garantias prestadas em empréstimos obtidos.

---

**b)** • A rubrica do Balanço "Títulos e Outras Aplicações Financeiras" regista o montante de € 1.421.027,32, respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho de que foi auto seguradora até 8 de Janeiro de 1999.

**c)** • A rubrica do Activo "Estado e Outros Entes Públicos" integra a verba de € 17.870.038 referente a IVA cujo re-

embolso já foi requerido, respeitando o restante essencialmente a reembolsos a solicitar.

**d)** • A rubrica "Outros Devedores" integra o montante de € 11.589.909 referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes, fruto da repartição de receitas de passes.

## ACTIVO BRUTO Nota - 10 do POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reav./Ajust. de Partes de Capital			Transferências e Abates	Saldo Final
		Aumentos	Alienações			
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de Instalação	2 111 683,77				-205 183,77	1 906 500,00
Despesa de Investigação e de Desenv.	12 469,93				-12 469,93	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos						
Trespases						
Imobilizações em Curso						
Adiantamentos por C/ Imob. Incorpóreas						
	2 124 153,70				-217 653,70	1 906 500,00
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	38 910 497,73	706 315,00		9 560,77		39 607 251,96
Edifícios e Outras Construções	99 564 073,59	217 812,20	5 241 624,00		310 536,13	105 334 045,92
Equipamento Básico	217 211 610,46		27 236 131,69	23 107 303,58	807 185,14	222 147 623,71
Equipamento de Transporte	2 331 876,78		6 702,50	36 448,81	-44 369,79	2 257 760,68
Ferramentas e Utensílios	7 668 704,03		2 975 379,86		-539 664,45	10 104 419,44
Equipamento Administrativo	11 176 899,09		2 299 573,55	560,89	-539 577,38	12 936 334,37
Taras e Vasilhame	—					—
Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38					36 436,38
Imobilizações em Curso	6 448 795,60		1 984 984,92		-3 546 060,22	4 887 720,30
Adiantamentos por C/ Imob. Corpóreas	—					—
	383 348 893,66	924 127,20	39 744 396,52	23 153 874,05	-3 551 950,57	397 311 592,76
<b>Investimentos Financeiros:</b>						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	1 313 050,97	243 637,14				1 556 688,11
Partes de Capital em Empresas Associadas	148 356,55	-25 420,12				122 936,43
Empréstimos a Empresas Associadas	—					—
Investimentos em Imóveis	—					—
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1 855 190,48					1 855 190,48
Outros Empréstimos Concedidos	1 122 857,80		6 863,79			1 129 721,59
Imobilizações em Curso	—					—
Adiantamentos por C/ Invest. Financeiros	—					—
	4 439 455,80	218 217,02	6 863,79			4 664 536,61
<b>TOTAL</b>	<b>389 912 503,16</b>	<b>1 142 344,22</b>	<b>39 751 260,31</b>	<b>23 153 874,05</b>	<b>-3 769 604,27</b>	<b>403 882 629,37</b>

## AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS Nota - 10 do POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço (a)	Anulação/ Reversão (b)	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas de Instalação	1 322 850,45	635 499,99	205 183,77	1 753 166,67
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	12 469,93		12 469,93	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos				
Trespases				
	1 335 320,38	635 499,99	217 653,70	1 753 166,67
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	76 839 940,90	6 641 158,18	689 275,22	82 791 823,86
Equipamento Básico	160 696 189,66	12 953 845,48	24 590 905,24	149 059 129,90
Equipamento de Transporte	2 239 529,30	42 674,81	80 818,60	2 201 385,51
Ferramentas e Utensílios	3 603 162,88	1 855 936,38	539 540,33	4 919 558,93
Equipamento Administrativo	9 806 991,75	1 223 661,95	598 014,08	10 432 639,62
Taras e Vasilhame				
Outras Imobilizações Corpóreas				
	253 185 814,49	22 717 276,80	26 498 553,47	249 404 537,82
<b>Investimentos Financeiros:</b>				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	500,00			500,00
Outros Empréstimos Concedidos	489 911,50			489 911,50
	490 411,50			490 411,50
<b>TOTAL</b>	<b>255 011 546,37</b>	<b>23 352 776,79</b>	<b>26 716 207,17</b>	<b>251 648 115,99</b>

(a) Corresponde às amortizações registadas no Exercício

(b) Inclui reduções por Abates ou Alienações



## QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES Nota - 13 do POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	Custos Históricos (a)	Reavaliações Decreto-Lei (a) (b)	Reavaliação Livre anos antes (a)	Reavaliação Livre 2005 (a)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	1 942 258,83	2 204 272,91	34 754 405,22	706 315,00	39 607 251,96
Edifícios e Outras Construções	9 273 994,32	4 594 880,14	8 455 535,40	217 812,20	22 542 222,06
Equipamento Básico	71 773 519,36	1 314 974,45	—	—	73 088 493,81
Equipamento de Transporte	56 375,17	—	—	—	56 375,17
Ferramentas e Utensílios	5 184 860,51	—	—	—	5 184 860,51
Equipamento Administrativo	2 503 694,75	—	—	—	2 503 694,75
Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	—	—	—	36 436,38
<b>TOTAL</b>	<b>90 771 139,32</b>	<b>8 114 127,50</b>	<b>43 209 940,62</b>	<b>924 127,20</b>	<b>143 019 334,64</b>

(a) Líquidos de Amortizações

(b) Englobam as Sucessivas Reavaliações Autorizadas por Decreto-Lei

## MAPA DE AJUSTAMENTOS Nota - 21 do POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
<b>Existências:</b>				
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	42 457,45	—	33 274,94	9 182,51
Produtos e Trabalhos em Curso	—	—	—	—
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	—	—	—	—
Produtos Acabados e Intermédios	—	—	—	—
Mercadorias	—	—	—	—
	42 457,45	—	33 274,94	9 182,51
<b>Dívidas de Terceiros:</b>				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Clientes - Títulos a Receber	—	—	—	—
Clientes de Cobrança Duvidosa	902,73	159,06	—	1 061,79
Empresas do Grupo	—	—	—	—
Empresas Participadas e Participantes	—	—	—	—
Outros Accionistas (Sócios)	—	—	—	—
Estado e Outros Entes Públicos	—	—	—	—
Outros Devedores	2 028 353,28	6 210,01	(A) 47 934,75	1 986 628,54
Subscritores de Capital	—	—	—	—
	2 029 256,01	6 369,07	47 934,75	1 987 690,33
<b>Títulos Negociáveis:</b>				
Acções em Empresas de Grupo	—	—	—	—
Obrigações e Títulos de Participação em Empresas do Grupo	—	—	—	—
Acções em Empresas Associadas	—	—	—	—
Obrigações e Títulos de Participação em Empresas Associadas	—	—	—	—
Outros Títulos Negociáveis	—	—	—	—
Outras Aplicações de Tesouraria	—	—	—	—
	—	—	—	—

(A) Este valor foi utilizado directamente na conta de ajustamentos.

## MAPA DE PROVISÕES Nota - 34 do POC

Unidade: Euro

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para Pensões	1 254 392,00	—	84 777,00	1 169 615,00
292 - Provisões para Impostos	202 565,00	720,00	—	203 285,00
293 - Provisões para Processos Judiciais em Curso	675 850,47	—	123 529,31	552 321,16
294 - Provisões para Acidentes de Trabalho	—	—	—	—
295 - Provisões para Garantias a Clientes	—	—	—	—
298 - Outras Provisões	2 975 221,80	24 850,06	1 109 931,55	1 890 140,31
	5 108 029,27	25 570,06	1 318 237,86	3 815 361,47

## DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS Nota - 41 do POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	66 380,68	4 416 846,04
Compras	50 602,54	20 498 569,23
Regularização de Existências	4 165,06	—
Existências Finais	111 973,47	4 916 320,10
Custos no Exercício	9 174,81	19 999 095,17

## DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO Nota - 42 do POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	Produtos Acabados e Intermediários	Subprodutos, Desperdícios Resíduos e Refugos	Produtos e Trabalhos em Curso
Existências Finais	—	—	203 761,77
Regularização de Existências	—	—	—
Existências Iniciais	—	—	198 211,51
Aumento / Redução no Exercício (-)	—	—	5 550,26



## DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Nota - 42 do POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	Produtos Acabados e Intermediários	Subprodutos, Desperdícios Resíduos e Refugos	Prestação de Serviços
Existências Iniciais	198 211,51	—	—
Entradas Provenientes da Produção	2 280 551,18	—	106 611 983,47
Regularização de Existências	—	—	—
Saídas para a Produção e Imobilizado	—	—	—
Existências Finais	-203 761,77	—	—
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	2 275 000,92	—	106 611 983,47

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS Nota 45 do POC

Unidade: Euro

CUSTOS E PERDAS	Exercícios	
	2005	2004
681 Juros Suportados	10 719 430,43	9 600 176,45
682 Perdas em Empresas do Grupo e Associadas	—	—
683 Amortizações de Investimentos em Imóveis	—	—
684 Ajustamentos de Aplicações Financeiras	—	—
685 Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	—	—
686 Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	—	—
687 Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	—	—
688 Outros Custos e Perdas Financeiros	1 325 469,38	1 053 307,45
Resultados Financeiros	-11 352 532,56	-9 633 335,61
	692 367,25	1 020 148,29

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS Nota 46 do POC

Unidade: Euro

CUSTOS E PERDAS	Exercícios	
	2005	2004
691 Donativos	100 460,74	44 748,82
692 Dívidas Incobráveis	1 002,50	3 585,86
693 Perdas em Existências	—	—
694 Perdas em Imobilizações	202 297,02	728 345,49
695 Multas e Penalidades	23 503,41	55 585,49
696 Aumentos de Amortizações	—	—
697 Correções Relativas a Exercícios Anteriores	—	—
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	1 563 424,72	17 454,35
Resultados Extraordinários	1 210 510,87	132 771,15
	3 103 199,26	982 491,16

PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2005	2004
781 Juros Obtidos	336 808,04	147 519,50
782 Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	248 592,02	756 481,05
783 Rendimentos de Imóveis	86 419,42	92 603,11
784 Rendimentos de Participações de Capital	—	—
785 Diferenças de Câmbio Favoráveis	—	—
786 Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	10 798,96	17 773,71
787 Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	—	—
788 Reversão e Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	9 748,81	5 770,92
	692 367,25	1 020 148,29

PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2005	2004
791 Restituição de Impostos	—	2 992,78
792 Recuperação de Dívidas	—	633,05
793 Ganhos em Existências	—	—
794 Ganhos em Imobilizações	122 242,85	110 470,71
795 Benefícios de Penalidades Contratuais	124 313,36	7 543,92
796 Reduções de Provisões	1 318 237,86	67 696,00
797 Correções Relativas a Exercícios Anteriores	—	—
798 Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 538 405,19	793 154,70
	3 103 199,26	982 491,16

## DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS

Unidade: Euro

ORIGEM DOS FUNDOS		
<b>Internas</b>		
Resultado Líquido do Exercício	-54 481 491,86	
Amortizações		
Do Exercício	23 352 776,79	
Varição de Ajustamentos	-74 840,62	
Varição de Provisões	-1 292 667,80	-32 496 223,49
<b>Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:</b>		
Diminuições de Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital em Empresas Associadas	25 420,12	
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	0,00	25 420,12
Aumentos de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:		
Dívidas a Instituições de Crédito	17 094 014,67	
Empresas do Grupo	0,00	17 094 014,67
<b>Diminuições de Imobilizações:</b>		
Cessão de Imobilizações (Pelo Valor Contabilístico Líquido)		
Imobilizações Corpóreas:		
Terrenos e Recursos Naturais	9 560,77	
Edifícios e Outras Construções	84 917,92	
Equipamento Básico	92 649,50	
Equipamento de Transporte	0,00	
Ferramentas e Utensílios	124,12	
Equipamento Administrativo	7 829,19	
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	
Imobilizações em Curso	12 189,65	207 271,15
<b>Diminuição dos Fundos Circulantes</b>		
		58 013 622,80
		42 844 105,25

<b>APLICAÇÃO DOS FUNDOS</b>		
<b>Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:</b>		
Aumentos de Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital em Empresas do Grupo	243 637,14	
Outros Empréstimos Concedidos	6 863,79	250 500,93
Diminuições de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:		
Empréstimos por Obrigações Não Convertíveis	0,00	
Fornecedores de Imobilizado, c/c	2 849 207,80	2 849 207,80
<b>Aumentos de Imobilizações:</b>		
Trabalhos da Empresa para Ela Própria	1 188 036,62	
Aquisição de Imobilizações	38 556 359,90	39 744 396,52
		42 844 105,25

## DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES

Unidade: Euro

<b>Aumento das Existências</b>		<b>Diminuição das Existências</b>	
Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	499 474,06	Adiantamentos p/ Conta de Compras	198 955,70
Produtos e Trabalhos em Curso	5 550,26		
Mercadorias	45 592,79		
<b>Aumentos das Dívidas de Terceiros a C. Prazo</b>			
Clientes, c/c	177 441,13		
Clientes de Cobrança Duvidosa	298,75		
Adiantamentos a Fornecedores	227 891,13		
Estado e Outros Entes Públicos	8 749 477,01		
Outros Devedores	3 249 642,66		
<b>Diminuições das Dívidas a Terceiros a C. Prazo</b>		<b>Aumentos das Dívidas a Terceiros a C. Prazo</b>	
		Dívidas a Instituições de Crédito	65 419 663,70
Outros Credores	5 155 086,65	Fornecedores, c/c	1 186 890,83
Empréstimos por Obrigações - Não Convertíveis	9 975 957,93	Empresas do Grupo	109 617,63
Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	281 293,45	Empresas Participadas e Participantes	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	171 919,28	Fornecedores de Imobilizado, c/c	2 656 515,53
<b>Aumentos das Disponibilidades</b>			
Caixa	2 000,10		
		<b>Diminuição das Disponibilidades</b>	
		Depósitos Bancários	17 869 468,93
<b>Diminuições de Acréscimos e Diferimentos</b>			
Acréscimos de Custos	290 406,07		
Proveitos Diferidos	631 533,79		
<b>Aumentos de Acréscimos e Diferimentos</b>		<b>Diminuições de Acréscimos e Diferimentos</b>	
Acréscimos de Proveitos	139 768,95	Custos Diferidos	175 844,49
<b>Diminuição dos Fundos Circulantes</b>	<b>58 013 622,80</b>		
	87 616 956,81		87 616 956,81



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais aplicáveis, submetemos à esclarecida apreciação de V. Exas. os nossos Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., relativos a 2005.

### RELATÓRIO

1. Acompanhámos com regularidade, ao longo do exercício, a actividade da Empresa através da leitura e análise das actas do Conselho de Administração, reunindo com este órgão, ou isoladamente com os seus membros, e com os Serviços da Empresa. Fizemo-lo também através do exame de contratos, livros, registos contabilísticos e, por amostragem, documentos de suporte das operações.

2. Os relatórios dos trabalhos efectuados pelo Gabinete de Controlo Interno e Auditoria e a certificação das contas emitida pelos Auditores Independentes Multinacionais foram também documentos úteis para o desempenho das nossas funções.

3. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos que lhes solicitámos sobre as análises e verificações a que procedemos.

4. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras.

5. É nossa convicção de que os documentos de prestação de contas observam as disposições legais aplicáveis e os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto nos significativos efeitos das situações descritas nas Reservas que constam da Certificação Legal das Contas, as quais devem ser consideradas na compreensão da situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2005, do resultado apurado e dos fluxos de caixa no exercício. Devem também ser observadas as Ênfases que constam da Certificação Legal das Contas.

6. Os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados são referidos na Nota 3 do Anexo.

7. O Capital Próprio da Empresa em 31 de Dezembro de 2005 apresenta um valor negativo de 334 119 642,01 euros, sem considerar as reservas quantificadas que constam da Certificação Legal das Contas, no montante de 177 326 210,61 euros, das quais as responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas foram avaliadas naquela data em 176 114 milhares de euros. Esta situação coloca a continuidade da Empresa dependente do apoio financeiro do seu accionista Estado que em 2005 atribuiu 40 461 521,90 euros de indemnização compensatória, valor superior em 8 116 718,12 euros ao dado no exercício anterior, mas insuficiente para afastar as preocupações financeiras da gestão da Empresa, pois o Capital Próprio negativo aumentou de 280 485 004,50 euros em 2004, para 334 119 642,01 euros em 2005. Torna-se, por isso, muito importante a definição de uma estratégia do accionista Estado com vista ao saneamento da situação financeira apresentada, tendo sobretudo em atenção a avaliação cuidadosa dos preços sociais praticados pela Empresa, face aos custos reais do serviço prestado, a resolução da pesada responsabilidade não fundada nem provisionada dos complementos de pensões e, cumulativamente, a abrangência da Empresa pelo Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

8. É de salientar que as indemnizações por cessação de contratos de trabalho totalizaram apenas 13 574 751,00 euros em 2005 contra 16 323 190,42 euros em 2004. O prejuízo líquido do exercício de 2005 baixou cerca de 5 799 milhares de euros em relação ao exercício de 2004, e os resultados operacionais negativos baixaram cerca de 6 439 milhares de euros. Tal fica a dever-se a maiores proveitos em Subsídios à Exploração (8 660 milhares de euros) e a economias nos custos de pessoal em 2005 (5 042 milhares de euros) derivadas da elevada cessação de contratos de trabalho em 2003, 2004 e 2005, parcialmente compensadas, sobretudo por Amortizações do Imobilizado e Ajustamentos mais elevados (6 151 milhares de euros) e por maiores custos em Fornecimentos e Serviços Externos (373 milhares de euros). De notar ainda que a elevada rescisão de contratos realizada em 2003, 2004 e 2005 é a principal razão para o decréscimo verificado nas responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas de 181 543 milhares de euros em 2004 para 176 114 milhares de euros em 2005.

9. Já em Janeiro do corrente ano a APCER – Associação Portuguesa de Certificação atribuiu o diploma de Empresa

Certificada à CARRIS, no âmbito da Norma NP EN ISO 9001:2000, cujos trabalhos preparatórios para a sua obtenção decorreram no exercício de 2005, tendo a auditoria externa final decorrido em Dezembro de 2005. A CARRIS tornou-se assim a primeira empresa de transportes do Sector Empresarial do Estado a obter o Certificado de Qualidade Global, o que, além do reconhecimento da qualidade da sua organização e funcionamento actuais, a obriga no futuro a procurar sempre a melhor qualidade, a todos os níveis, na sua gestão.

**10.** O Conselho de Administração descreve com clareza, no bem elaborado Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras apresentados, a sua acção na condução dos negócios da Empresa, e os principais factores que condicionaram e influenciaram a actividade, o resultado, os fluxos de caixa e a situação financeira em 2005. Perspectiva, também, a evolução, os desafios e os objectivos futuros a atingir pela CARRIS.

**11.** É de salientar que a Empresa elaborou pela primeira vez em 2005 o Relatório de Sustentabilidade de que apresenta uma síntese no Capítulo 7 do Relatório de Gestão.

**12.** Emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual que nos competem como Revisores Oficiais de Contas.

**13.** Agradecemos ao Conselho de Administração a referência positiva feita nas considerações finais do seu Relatório à nossa cooperação e lealdade, a qual só pode ter justificação no profissionalismo interessado e participativo que utilizamos como norma no desempenho das nossas funções, no exercício das quais, no entanto, preservamos sempre a nossa total independência.

## PARECER

Sem prejuízo do exposto atrás no Relatório, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:

**1.** O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2005 apresentados pelo Conselho de Administração;

**2.** A Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues &  
Silvério Rodrigues,  
SROC N.º 88

Representada pelo sócio  
Dr. Leontino Raimundo Aleixo  
ROC N.º 98





### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de Balanço de 196 547 119,85 euros e um total de Capital Próprio negativo de 334 119 642,01 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 54 481 491,86 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CARRIS a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da CARRIS, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta

as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### RESERVAS

7. O Acordo de Empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. A CARRIS apenas regista como custo do exercício os complementos nele pagos. Em 2005 o pagamento de complementos de pensões totalizou 13 416 099,72 euros. Não tem sido constituído fundo nem criada qualquer provisão para fazer face às responsabilidades com os complementos de pensões. Estas responsabilidades foram avaliadas por cálculo actuarial referido a 31 de Dezembro de 2005 em 176 114 milhares de euros, sendo 142 225 milhares de euros relativos a reformados e sobreviventes, e 33 889 milhares de euros respeitantes a trabalhadores no activo. O valor actual das responsabilidades por serviços até 31.12.2005 dos trabalhadores no activo foi determinado pelo Método do "Projected Unit Credit". Os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades antes referidas estão descritos na Nota 31 do Anexo.

8. No Balanço em 31 de Dezembro de 2005 está registada em Investimentos Financeiros - Outras Aplicações Financeiras uma participação de 6% no capital social da FERNAVE, S.A. pelo custo de aquisição, no montante de 407 797,21 euros, e em Investimentos Financeiros - Outros Empréstimos Concedidos vários empréstimos feitos à mesma empresa no montante de 1 129 721,59 euros, já ajustados em 2002 em 489 911,50 euros, pelo que o valor líquido dos empréstimos concedidos é de 639 810,09 euros. Foi também prestada uma garantia em favor da FERNAVE no montante de 164 603,31

euros. O capital próprio da FERNAVE em 31 de Dezembro de 2004 era negativo em 15 220 658,85 euros. Não existem ainda disponíveis demonstrações financeiras de 2005 certificadas daquela empresa, pelo que não nos foi possível analisar a evolução da sua situação financeira durante o exercício de 2005. No entanto face ao elevado capital próprio negativo de 2004, teria sido prudente o reforço em 2005 do ajustamento já existente pela parte dos activos referidos ainda não ajustada, no montante de 1 047 607,40 euros, e a criação de uma provisão pelo valor da garantia prestada, no montante de 164 603,31 euros.

## OPINIÃO

**9.** Em nossa opinião, é dada a relevância e significado dos efeitos das situações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 acima, as referidas Demonstrações Financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## ÊNFASES

**10.** Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as situações seguintes:

**10.1.** A actividade de transportes colectivos urbanos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar prejuízos que em 31.12.2005 totalizam 539 512 932,57 euros, sendo 485 031 440,71 euros relativos a exercícios anteriores e 54 481 491,86 euros referentes ao exercício de 2005. O Estado Português tem vindo a contribuir para financiar a situação através de indemnizações compensatórias e de dotações para capital. Em 2005 os subsídios à exploração totalizaram 41 519 995,01 euros, dos quais a indemnização compensatória representa 40 461 521,90 euros (valor este superior em 8 116 718,12 euros ao de 2004). Em 2003, 2004 e 2005 não foram feitas dotações de capital. O Capital Próprio da CARRIS em 31.12.2005 apresenta um valor negativo de 334 119 642,01 euros. Se a este montante adicionarmos as reservas quantificadas referidas nos pará-

grafos n.ºs 7 e 8 atrás, o Capital Próprio atinge o valor negativo de 511 445 852,62 euros. Portanto, a continuidade das operações socialmente indispensáveis que a CARRIS desenvolve está dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado (accionista a 100%), compensado, de uma forma objectiva, a insuficiência dos preços sociais praticados para a cobertura dos custos suportados e saneando a situação financeira deficitária existente em 31 de Dezembro de 2005. (Vidé a Demonstração dos Resultados por funções e as Notas 3 e 40 do Anexo).

**10.2.** A Empresa procedeu, com efeitos à data de 31 de Dezembro de 2005, a nova reavaliação livre para o valor de mercado da quase totalidade dos seus terrenos e edifícios, afectos ao desempenho da actividade de transportes colectivos urbanos, englobados na rubrica de Imobilizações Corpóreas, o qual foi determinado por avaliações feitas por uma empresa especializada independente, no montante de 924 127,20 euros (Terrenos: 706 315,00 euros e Edifícios e Outras Construções: 217 812,20 euros). Como resultado da reavaliação efectuada, as Imobilizações Corpóreas, os Passivos por Impostos Diferidos e as Reservas de Reavaliação – Outras foram aumentados, respectivamente de 924 127,20, 77 272,85 e 821 437,95 euros. O Capital Próprio da Empresa teve, como consequência, o aumento em 2005 no valor de 821 437,95 euros correspondente ao aumento em 2005 da Reserva de Reavaliação já existente desde 2004. A reavaliação feita em 31 de Dezembro de 2005, não teve efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2005 e não afectou, por isso, o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2005. No entanto, a reavaliação livre dos mesmos activos que tinha sido efectuada em 31 de Dezembro de 2004 teve efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2005, no valor de 3 013 075,61 euros, e afectou, neste montante, o Resultado Líquido apurado em 2005. (Vidé Notas 1, 6, 12, 13, 39 e 40 do Anexo).

**10.3.** A empresa do Grupo CARRISTUR e a empresa Associada PUBLICARRIS desde o exercício de 2004 que estão registadas em Investimentos Financeiros pelo método da equivalência patrimonial, com os efeitos contabilísticos daí resultantes. A empresa do Grupo AURORA FINANCE B.V., com sede em Rokin 55, 1012 KK, Amesterdão, com o capital social de 18 000,00 euros, detido totalmente pela CARRIS,

está registada em Investimentos pelo custo da aquisição, porque constitui apenas um special purpose vehicle (SPV), e foi criada com o único propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista de 215 000 milhares de euros, avaliado pelo Estado Português, tem um Capital Social diminuto e a duração é limitada ao tempo de vida do empréstimo contraído. Os dados principais das Contas do exercício de 2005 destas três empresas constam da Nota 16 do Anexo.

**10.4.** O Balanço em 31 de Dezembro de 2005 apresentado pelo Conselho de Administração mostra a perda da totalidade do Capital Social, situação que é ampliada com as reservas dos parágrafos n.ºs 7 e 8 acima, pelo que a Empresa está abrangida pelo artigo 35º do CSC. A situação referida e o prejuízo incorrido em 2005 revelam a existência de uma incerteza material que pode levantar dúvidas acerca da capacidade da Empresa prosseguir a sua actividade numa óptica de continuidade sem a concretização de suporte financeiro adequado do seu accionista único e sem a realização de resultados positivos no futuro. (Vidé Nota 40 do Anexo).

**10.5.** As quantias incluídas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2004, para efeitos de comparação, estão reexpressas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas no POC pelo Decreto-Lei N.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues &  
Silvério Rodrigues,  
SROC N.º 88

Representada pelo sócio  
Dr. Leontino Raimundo Aleixo  
ROC N.º 98

.....





Sede Executiva:  
Al. António Sérgio 62, Complexo de Miraflores,  
2795-221 Linda-a-Velha

Sede Social:  
Rua 1º de Maio, 101-103  
1300-472 Lisboa

[www.carris.pt](http://www.carris.pt)

**carris**

Companhia Carris de Ferro de Lisboa